



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 14 DE MAIO DE 2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Bem, bom dia a todos e a todos.

Com a presença do Vereador Aurélio Nomura, membro da Comissão de Finanças; Paulo Fiorilo, na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da nona audiência pública do ano de 2015, a segunda da Comissão, sobre o PL 415/2012, de autoria do Executivo, que: “Aprova o Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo para o decênio 2011-2020”.

Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, no *link* Auditórios On-Line.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo: www.camara.sp.gov.br, no *link* Audiências Públicas - Registro Escrito.

Esta audiência tem como tema: *Qualidade Social da Educação*.

Quero iniciar e convidar para a Mesa o Vereador Toninho Vespoli, da Comissão de Educação, e que foi Relator desse PL, quando tramitou na Comissão.

Foram convidados para participar da audiência: da Secretaria Municipal de Educação, representada pela Sra. Emília Cipriano, Secretária Adjunta, que eu gostaria de convidar para a Mesa; (Palmas) a Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, que está representada pela Sra. Marina Aun, que anuncia que acompanhará nossa audiência e já está presente.

Quero convidar também, para fazer parte de nossa Mesa, a Professora Selma Rocha. (Palmas)

Antes de iniciar, então, nossa audiência, só vou combinar aqui que vamos ter uma apresentação de Selma, que vou combinar com ela o tempo; depois, a Sra. Emília; aí, vamos abrir para o público.

Passo antes para o Vereador Aurélio Nomura, que é membro da Comissão. Por

favor, Vereador.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado, Presidente; Vereador Toninho Vespoli, nossas convidadas, minhas senhoras e meus senhores, primeiro, gostaria de pedir desculpas, porque vou ter de me ausentar.

Chegou ontem e foi lido pelo Presidente desta Casa um pedido de *impeachment* do Prefeito. Então, nós vamos nos reunir com a Bancada e com a Assessoria Jurídica para ver qual o contexto desse pedido para que analisemos, porque temos até a semana que vem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Terça-feira, para fazer a indicação.

O SR. AURÉLIO NOMURA – ... Até terça-feira para fazer as indicações. Então, como temos essa coisa emergencial...

Mas vai estar aqui presente, me representando, e vai falar em nome do mandato nosso, a Dra. Renata, que está aqui presente. Portanto, qualquer encaminhamento, pediria que se fizesse em nome de Renata.

A todos, gostaria de pedir, mais uma vez, desculpa e colocar à disposição nosso Gabinete e nosso mandato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Muito obrigado.

Vou explicar essa questão em seguida, levantada pelo Vereador Nomura, até para todo o mundo entender.

Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI - Queria saudar a todos e a todas e só falar para o Vereador Nomura, por quem tenho muita estima, que espero que a Bancada do PSDB tenha muita clareza sobre essas questões, porque são questões muito importantes para a cidade de São Paulo e acho que não podemos entrar em questões que sejam muito ruins para a democracia. Acho que qualquer pedido de *impeachment* tem de ter razões muito fortes, e o que foi falado aqui, quem está propondo uma coisa dessas, para mim, não tem qualquer

cabimento algum.

Então, só espero que a Bancada do PSDB tenha bastante... (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Espero que as palmas sejam para ajudar o Vereador Nomura a refletir.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Na realidade, é o seguinte: há a admissibilidade. O que vai ser analisado é a admissibilidade. Obrigatoriamente - não sei se o Vereador Toninho Vespoli conhece o Regimento, mas aqui fala o seguinte, que todo o mundo, qualquer um do povo, pode entrar com um pedido de *impeachment* e, obrigatoriamente, o Presidente desta Casa é obrigado a constituir uma Comissão de Análise da Admissibilidade. É isso o que vamos estudar. Não conhecemos o pedido e precisamos estudar. Não dá para, como disse nosso Vereador Vespoli, fazer a coisa como aloprado. Vamos analisar à luz do que foi encaminhado no processo. Não conheço o pedido, acho que V.Exa. também não conhece, como o Vereador Paulo também, mas é importante que possamos analisar e ver a viabilidade ou não. Basicamente é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Queria agradecer aos dois Vereadores. O Vereador Nomura tem de se retirar.

Só para que ninguém tenha dúvida, o que aconteceu? Um Deputado Federal, Deputado do PDT, Major Olímpio, encaminhou um pedido de *impeachment* para esta Casa. Ontem a Câmara leu - ou, pelo menos, notificou - e, como é regimental, constitui uma Comissão de Admissibilidade. Essa Comissão é composta de sete representantes dos maiores partidos e analisa se admite ou não.

Eu tenho minha opinião, posso externar aqui - a priori, não fui escolhido pela minha Bancada -, mas acho que é inadmissível essa hipótese, a partir do que S.Exa. estabelece como o motivo, que é a discussão da Cracolândia, que tivemos recentemente, que todo o mundo acompanhou. Então, é por isso que estou dizendo aqui da inadmissibilidade, do meu ponto de vista. Mas as bancadas vão se reunir - a Bancada do PSDB, inclusive - para poderem

indicar o representante. Até terça-feira, os membros dos partidos serão indicados. E aí tem 10 dias para a análise. E, se a Comissão entender que não há nenhum fato, é arquivado imediatamente.

Esse procedimento é regimental e, por isso, foi encaminhado pelo Presidente e será, agora, desdobrado com as indicações.

Então, queria agradecer ao Vereador Nomura e quero passar imediatamente ao tema de nossa audiência pública.

Queria agradecer a presença de todos.

Conforme solicitado na audiência passada contamos aqui com um tradutor que nos acompanhará ao longo desse evento, OK? Muito obrigado, principalmente da parte daqueles que necessitam da tradução simultânea está bem? Muito obrigado.

Então, vou passar imediatamente para a companheira Professora Selma Rocha, por 20 minutos; e, depois, para Emília, por 15 minutos. Aí, teremos quase que uma hora e meia para o debate.

Professora Selma Rocha.

A SRA. SELMA ROCHA - Bom dia, Vereador Paulo Fiorilo; bom dia aos Vereadores presentes, a todos os presentes, à professora e amiga querida Emilia Cipriano.

Bem, acho muito oportuna a discussão sobre a questão da qualidade nessa audiência, por duas razões fundamentais. Li com bastante atenção a versão que recebi do Plano; acompanhei bastante de perto a elaboração do Plano Nacional de Educação e acho que temos, em São Paulo, a responsabilidade de contribuir para que o debate sobre qualidade social no Brasil avance.

Eu, para falar disso, vou diretamente a duas questões que me parecem fundamentais. Eu li, no texto do Plano, várias indicações de Metas de qualitativas atendimento em relação a período integral.

Antes de fazer qualquer consideração sobre isso, eu gostaria de fazer uma

proposição. O Brasil viverá, nos próximos 50 anos, uma janela demográfica, isto é, a previsão de todos os demógrafos é que haja uma diminuição significativa da população jovem e das crianças no País. Ao mesmo tempo, observando e conhecendo um pouco os números da cidade de São Paulo, eu me perguntei quais seriam os fundamentos reais, considerando arrecadação, capacidade potencial de arrecadação, demanda e legislação, para que essas metas fossem estabelecidas; e ainda esse quadro nacional, de diminuição da população jovem no País. Seguramente em 50 anos, nosso problema não serão as creches, mas a Previdência Social. Isso é um fato. Isso tem sido objeto de tratamento e estava inclusive nas projeções do PNE.

Então a minha questão aqui é que determinadas metas devem levar em consideração - no caso das creches, em particular, e na construção de escolas, com diminuição de alunos por sala - a condição dos terrenos na cidade de São Paulo. Quando eu estive, na secretaria, a existência de terrenos, para fazer valer a construção de escolas, creches e equipamentos públicos, já era um problema. Imaginem agora, depois do *boom* que houve de especulação na Cidade. O valor da terra subiu muito e se desapropriar terra, em São Paulo, não é uma coisa simples. Então, a discussão também não pode ser geral, considerando que as realidades regionais são muito distintas em São Paulo. A zona Sul é uma coisa, a zona Leste é outra, a zona Norte é outra e o Centro é outra. Essas especificidades têm que ser consideradas.

Eu peço perdão se o que eu estou dizendo já tenha sido feito. Se não foi feito, esse debate precisa ser feito com um pouco mais de profundidade, no que diz respeito ao estabelecimento das metas. Quando eu falo de arrecadação potencial, é que a vinculação de recursos, por sua vez, não pode ser discutida sem que, em São Paulo, trata-se do potencial de arrecadação. Esta é a maior cidade do País, que inequivocamente tem uma capacidade de arrecadação maior e não está vinculada só à arrecadação de ICMS. Portanto, é possível se discutir que a base sobre a qual incide a vinculação seja maior. Esse é o debate real. Eu não

acho que o debate, em São Paulo, é só sobre aumento de vinculação. Eu estou falando isso com muita fraqueza. No caso de São Paulo, isso compromete outras áreas sérias, como a Saúde, por exemplo. Essa não é uma discussão isolada de uma área, essa é uma discussão do conjunto da Cidade.

Eu sou da Educação. Defendo recursos públicos para a Educação, mas não acho que o meio efetivo de fazer isso é transferindo vinculação de uma área para outra, com a mesma base de arrecadação. Acho, portanto, que o debate sobre quais são as fontes que nós vamos usar para aumentar recurso público para a Educação e qual é o potencial que o município de São Paulo tem, para ampliar a ação, tem que ser discutido aberto e publicamente. Acho que esse potencial existe. Eu não sou especialista em financiamento, mas desconfio que haja muitos caminhos para se percorrer nesse terreno.

Agora entrando, no debate, diretamente da qualidade, eu acho que nós precisamos avançar numa questão muito importante para nós, que é da não redução da qualidade educacional ou dos meios de inferir qualidade educacional a indicadores de resultados. Indicadores são muito importantes, mas eles não apreendem processos, sobretudo de pessoas reais. Escolas são feitas de educadores reais e de jovens e crianças reais.

Quero falar de um pressuposto inicial, que diz respeito à função social da Educação, para que se possa apreender efetivamente aquilo que nós desejamos. O que eu vou falar, a meu juízo, não tem a ver com uma opinião só pessoal, tem a ver com a natureza das políticas de Estado no Brasil. Em pleno século XXI, as metas educacionais não podem reduzir a escola nenhuma, especialmente a escola pública, à condição de reprodutora de conteúdos, com métodos sofisticados. No plano, está escrito, que nós é preciso haver socialização de estratégias didáticas, materiais didáticos e referências tecnológicas. A meu juízo, o problema central da educação não é a estratégia didática. Em segundo lugar, não é transformar a escola num instrumento de reprodução de conteúdos com instrumentos de apoio mais sofisticados ou menos sofisticados, que sejam passíveis de avaliação, ao final de um

ciclo, e depois de reencaixe de alunos, na sala de recuperação, de avanço ou de atraso. A meu juízo, isso é uma política que responde ao que demais atrasado há no mundo hoje. Por quê? Porque eu não conheço, na história dos países mais recentes, uma experiência que tenha demonstrado eficácia e efetividade na construção de conhecimentos a partir de ações focalistas; isto é, eu tenho um problema, acho uma solução, dou formação para os professores, meço por meio dos indicadores, faço outra ação focalista, depois faço uma avaliação final e depois responsabilizo os professores pelo resultado, como temos visto em vários lugares, inclusive por aqui, nas nossas praias.

Quero falar de alguns pressupostos. Primeiro, na minha opinião, a educação é um lugar e a escola é o *locus* dessa realização, onde se investiga. Sem investigação, não há socialização da cultura; e sem socialização da cultura, não há educação, há reprodução de educação, que é outra esfera. Nem é preciso da escola para se fazer isso. Se democratizarem os meios de comunicação, isso é feito sozinho.

A escola é necessária para se construir cultura, e não se constrói cultura só medindo conhecimentos. É preciso olhar para as pessoas. Para isso, a escola tem que investigar Ciência, Filosofia e Artes, mas tem que investigar também pessoas, como as crianças e os jovens desenvolvem sua cognição, como se comunicam e como representam a realidade, para que a escola faça seu papel histórico, que é de fazer a mediação entre a experiência social e a experiência cultural da criança e aquilo que nós queremos e desejamos que a criança aprenda. Fazer mediação é uma coisa seriíssima. Mediação não é uma declaração e nem é uma intenção.

No item que fala sobre a qualidade do plano, qual é o objetivo da Educação? Aí eu não faria uma inferência genérica à aprendizagem; eu faria uma inferência ao lugar da escola como espaço de construção e socialização de cultura e como espaço de investigação. A segunda questão que tem a ver com essa envolve a valorização dos profissionais e envolve também os espaços coletivos de construção do conhecimento. Isso é algo que se contrapõe a

uma perspectiva de meritocracia, a meu juízo, tola. Mais do que tola, uma perspectiva que não é intelectualmente e politicamente honesta com os educadores do Brasil.

Por que digo isso? Quem conhece Educação um pouquinho sabe que os professores não podem tudo. Essa história de que, fazendo formação, a escola muda não é verdadeira. São Paulo tem os profissionais mais qualificados na área da Educação, com títulos de doutores, mestres e especialização em boas universidades. Por que não há mudanças? Se fosse simples assim, o Brasil não tinha os indicadores que tem, porque os investimentos em formação aqui são muitos. O problema está na concepção disso. Primeiro, a formação também tem que trabalhar com a perspectiva dialógica, ou seja, ela tem que levar em conta a experiência social e cultural dos professores.

Há um discurso, a meu juízo, curioso, que responsabiliza os professores por tudo. Eu estive em muitas discussões sobre a qualidade da Educação ao longo desses anos. Pessoas diziam: “Os professores são mal formados”. Algo acontece, porque o Estado não só forma, como faz concurso público e diz: “Esses profissionais estão aptos a trabalhar”. Então, vejam que coisa complicada. Na hora de se fazer a discussão da qualidade, o Estado retira-se do processo, como se não tivesse responsabilidade, e tem. Tem por quê? Porque a instituição de espaços coletivos de discussão, numa unidade educacional, não depende só da vontade dos professores, depende de uma ação institucional para isso. Ter isso registrado, no plano municipal, é imprescindível. Refiro-me à existência de espaços coletivos de elaboração e reflexão nas escolas, porque há uma terceira convicção, que está por trás da perspectiva meritocrática, que é a seguinte: Um bom professor consegue mudar a sua sala de aula, um bom diretor consegue mudar a sua escola e a secretaria aporta insumos. Não, uma escola para funcionar bem precisa de diálogo, porque professores têm dúvidas e porque nós estamos lidando com conhecimentos. Quem não tem dúvida em educação está fazendo qualquer coisa que não seja educação. É impossível uma pessoa trabalhar com 30 crianças ou 30 jovens, com realidades sociais e culturais cognitivas distintas, fazendo a mediação entre os conhecimentos

científicos com aquela criança e aquele jovem e não ter dúvidas e questões; a não ser que eu faça um construto político, montando um sistema educacional com base no erro e não nas possibilidades dos jovens e das crianças; ignoro possibilidades e trabalho só com erros e todos aqueles que não cumprem as metas que eu estabeleço estão fora do processo. Então, a meu juízo, isso também tem a ver com muita coisa, mas não com a Educação. Por quê? Porque um sistema educacional não pode olhar só para o erro das pessoas, porque todas as crianças e todos os jovens têm potenciais. Isso tem a ver com um problema ainda mais profundo, que é transformar os sistemas educacionais em celeiros.

O que eu quero dizer com isso? Que os melhores sobrevivem, evoluem para o ensino médio e evoluem para o ensino superior. Eu não acredito nisso. Eu acho que a Educação Básica pode ser para as majorias sociais, com muita qualidade. O problema não é apenas da possibilidade histórica de se fazer isso, mas de se construírem políticas nessa direção.

São Paulo é um lugar de referência para o Brasil. No meu entendimento, São Paulo trazendo essa discussão, a público, ajuda a aperfeiçoar o debate em torno do Plano Nacional de Educação e ajuda a muitas Prefeituras, no País, a avançarem em direção de construir espaços de reflexão nas escolas. A lei do piso salarial ajudou um pouco nisso.

O problema não é só que esteja previsto, na jornada do professor, o espaço para isso. Reunião pedagógica precisa de coordenação, continuidade, registro e sistematicidade. Esses registros, essa sistematicidade, essa organização e esse rigor supõem coordenação, preparação e uma ação institucional da Secretaria de Educação também de formar os dirigentes educacionais e ter espaço, para que os dirigentes educacionais possam dialogar sobre as questões.

Há uma visão quase metafísica, de que a formação dá instrumentos para tudo. Não é verdade. Eu estudei, durante a minha vida inteira, e me vejo diante de uma sala com alunos, inúmeras vezes, com muitas dúvidas. Gostaria de ter tido a chance profissional, muitas vezes,

de ter companheiros para sentar e dizer: “O que a gente faz nessa situação?”

Por fim, quero falar da violência, que tem a ver com o problema da qualidade e está prevista no texto. O que está escrito, no texto, prevê uma ação muito forte também de formação. Só a formação de professores, para lidar com a violência, não resolve o problema. O plano precisa prever políticas institucionais que envolvam a secretaria e as DREs; e a formação é uma parte disso. A outra parte são estruturas que possam tomar decisões. É uma visão romântica achar que o professor pode sozinho lidar com a situação de violência. Mais ainda, a escola não é uma somatória de professores; a escola é uma síntese, é uma unidade. As ações não estão restritas só à sala de aula. Para lidar com a violência e para lidar com as drogas, é preciso trabalhar dinâmicas culturais e dinâmicas também que deem a palavra aos jovens.

Eu tenho verificado, em algumas experiências em relação à violência, que o discurso para a juventude é absolutamente normativo: “Não usem drogas, porque isso vai destruir sua vida, sua família, seus amigos e sua saúde”, como se as pessoas não soubessem o que está acontecendo. Em raras vezes, as políticas públicas debruçam-se para entender o que acontece com as pessoas. Por que elas usam drogas? Por que elas bebem? Por que aquilo preenche a ansiedade que existe na vida das pessoas, que precisa ser trabalhada? Oras, para ouvir a juventude é preciso que a escola seja um lugar onde se estabeleçam relações de confiança, respeito, não julgamento e análise. Análise é uma coisa completamente diferente de julgamento. Idem para os coletivos. Por quê? Porque se nós não temos, nesses coletivos, espaços onde os professores têm, de fato, condições de expressar suas dúvidas, o que ocorre? O professor teme falar, o diretor teme falar, o coordenador teme falar e essa temeridade toda conduz-nos à paralisia, porque as pessoas deixam de expressar suas convicções.

Concluo dizendo que democracia e espaço coletivo requer capacidade de lidar com conflito. Sem conflito, nada muda. A palavra conflito não é sinônimo de destruição. Destruição é outra coisa. Aliás, eu conheço várias experiências, em escolas, em que se destroem

experiências sem conflito algum.

Então, quando há conflito instalado no espaço público, nós temos alguma chance de mudar. Acho eu, em síntese, que a questão da formação dos professores, dos coletivos nas escolas e da ideia sobre a escola, como um centro de produção e socialização da pesquisa e da cultura, devem integrar o plano. No texto de violência, nós precisamos falar da responsabilidade institucional da secretaria e das suas unidades regionais, em ter uma política que vai muito além do registro dos casos, que vá muito além da formação de professores e que possa ajudar a escola a tomar providências em situações em que ela não só, às vezes, não sabe, como não tem os meios para tomar.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Anuncio a presença do Vereador Eliseu Gabriel.

Tem a palavra a Sra. Emília Cipriano, Secretária Adjunta.

A SRA. EMÍLIA CIPRIANO – Bom dia. Eu falo do prazer de estar aqui com os Vereadores, em especial, com a Sra. Selma Rocha, sempre com a possibilidade de eu renovar meus compromissos e de ouvir alguém que constrói nesta Cidade. Sem dúvida alguma, é a concepção de educação transformadora, com toda uma trajetória nessa direção. Então, agradeço esse momento muito importante.

Falar de qualidade social da Educação implica em partir de um conceito, do que é qualidade. Qualidade é construção social. Qualidade não é dada de fora para dentro; ela é construída numa sociedade. Ao pensar nessa qualidade, eu vou, nesse movimento, falar muito voltado às práticas que estão na direção dessa qualidade. Optei para falar do que está sendo feito e não do que está faltando. Essa opção é inclusive de quem acha que nós, nessa cultura brasileira, precisamos retomar essa perspectiva. Nós sempre dizemos da ausência de questões. Aí eu me reporto muito à experiência de dizer o que a gente tem contribuído, nas práticas, nessa direção da qualidade social, até porque a reflexão sobre essa discussão passa

por uma concepção de currículo. Essa discussão de currículo não pode ser uma discussão acadêmica apenas. Ela tem que ser uma discussão que traga todos os elementos de uma cultura, de um contexto, inclusive de princípios.

Há aquelas bases que fundamentam isso. A epistemológica é sob o ponto de vista do conhecimento. Qual é o conhecimento que nós estamos tratando? A axiológica vai tratar da questão dos valores. Quais são os valores que essa escola está constituindo ao longo da sua história? Há as bases ontológicas, que são: “Que ser humano é esse?” Precisávamos mais falar de pessoas. Falta-nos, no debate, a discussão.

Pensando nessas três bases, temos um programa chamado Mais Educação.

- Oradora apresenta imagens na tela de projeção.

A SRA. EMÍLIA CIPRIANO – Vou começar com uma reflexão sobre a importância dos ciclos da vida nessa perspectiva da educação básica.

Os ciclos da vida: infância, adolescência e vida adulta.

O maior desafio da nossa proposta é, justamente, construir uma linha longitudinal, da infância à vida adulta sem rupturas, sem questões que sejam fragmentadas.

Começando pela infância, o próprio conceito de zero a 12 anos já traz uma diferença profunda na reflexão. Toda a base dessa experiência se dá na primeira infância, entendida de zero a cinco anos e 11 meses, portanto, estamos dizendo que precisamos integrar de zero a três a cinco anos e 11 meses.

Esse problema da não integração decorre, inclusive, das mudanças no ensino, pois a criança de seis anos foi para o ensino fundamental, e nós, em algum momento, dicotimizamos, de zero a três, depois de quatro a cinco, sendo que aos seis começa outra fase. Temos que romper esse paradigma.

Temos que romper, também, com a ideia do currículo integrador da primeira

infância, que precisa ser constituído na relação com todos os atores envolvidos.

Mas há, ainda, outra questão importante nessa dimensão: o diálogo da educação infantil com o ensino fundamental, que já vinha fragmentado há algum tempo. Sem dúvida alguma, isso traz outro componente: se perde a ideia da construção para a vida adulta e, nela, temos todas as questões dos jovens e adultos que são excluídos dos outros espaços.

Quando olhamos o currículo, sem ser por essa linha longitudinal, não conseguimos perceber que criança é essa que chegou na educação infantil e que, hoje, com as OABs sai na Universidade, portanto, temos que pensar numa totalidade.

Pensando no Mais Educação, darei ênfase somente a alguns aspectos, considerando o pouco tempo que temos. Centrarei a discussão no currículo por conta do seu significado e da diferença que ele faz na constituição desse trabalho pedagógico.

Falar disso é falar dos ciclos. Isso, no ensino fundamental. Temos, então, três ciclos: o primeiro, o ciclo de alfabetização, que se dá aos seis, sete e oito anos. Em 2013, assinamos o Pacto para Alfabetização na Idade Certa - cabe dizer que não gosto dessa nomenclatura, porque, para mim, alfabetização não tem idade certa; estudo essa área do conhecimento e sei que não há idade certa, mas, a intencionalidade, é significativa. O nome nem sempre revela a concepção.

O nome nem sempre revela a concepção com muita clareza. Mas, eu queria pegar o pacto que foi feito, que foi assinado o Pacto em São Paulo, em 2013. E numa rede com mais de cinco mil alfabetizadores, 70% aderiram à formação, 120 horas fora do horário de trabalho. Isso revela uma identificação dos profissionais, um desejo dos profissionais.

Em 2014 ampliou-se o número de horas. São 160 horas. O primeiro ano foi na verdade essas 120, em Língua Portuguesa. Em 2014, foi Matemática e este ano, 2015, será em todas as áreas do conhecimento.

Esse ciclo – e aí tem toda a questão dos chamados direitos da aprendizagem, que são importantes de serem percebidos na sua totalidade, mas, existe uma questão central – de alfabetização, por favor, tem de ser acompanhado do chamado ciclo interdisciplinar. E aí vem uma discussão séria, o conceito de interdisciplinaridade nem sempre é compreendido na sua

referência maior. Discutir interdisciplinaridade não é discutir justaposição de áreas do conhecimento.

Discutir interdisciplinaridade implica, inclusive, em discutir o professor polivalente com o professor especialista, o diálogo entre ele, as interfaces num processo maior de construção de conhecimento. Esse movimento, na minha opinião, também está instalado na reflexão de equipe, porque isso só se faz se tiver uma equipe de trabalho que vá constituindo princípios e que vá dando, eu diria, uma tessitura, um tecido para esse ciclo.

Depois temos o terceiro ciclo que, na minha compreensão – por favor – é o ciclo que faz uma diferença profunda, o do 7º, 8º e 9º anos, que a gente chama, denomina, de ciclo autoral. Eu particularmente estou muito impactada com o que isso significa na vida dos estudantes, que é fazer pesquisa. Vou fazer um paralelo, porque sou uma pessoa que estudou muito sobre a pedagogia de projetos. Estudei muito no âmbito da ciência, de outros espaços, diferentemente de quando você identifica, numa rede pública, alunos discutindo projetos, discutindo temáticas, se aprofundando, e mais do que isso, montando projeto de intervenção social.

Para mim isso está intimamente ligado à concepção de autoria, ou seja, não serem meros reprodutores de uma educação que tem conteúdos pré-estabelecidos, mas sim se constituir um conhecimento que fundamente inclusive uma coisa que eu acho fundamental nos nossos alunos, que é a capacidade de escolha. Como é que eu escolho? De que cultura eu estou falando? De que contexto eu estou falando? De que território eu estou falando? De que perspectiva social eu efetivamente estou me colocando?

Penso que esse ciclo autoral, que é um desafio, e quem nós vamos lançar só em junho está na rede, que são os projetos autorais, onde os alunos acompanham numa linguagem tecnológica e eu concordo plenamente com Selma, não adianta sofisticar, se isso não tiver consistência. Mas esse momento será um momento de socialização dos alunos dos seus projetos no Redes Sociais, que é uma comunicação muito afinada com essa juventude, com esse grupo nesse contexto. Isso é outra dimensão que tem de ser tratada. E o que me chama atenção nos projetos é que aqui estou vendo muitas pessoas da Secretaria, que sabem da qualidade que esses projetos têm revelado e da importância do trabalho que apresentam, inclusive de compartilhamento, de escuta.

E aí vêm os princípios desse trabalho: a questão da dialogicidade, a discussão especial da escuta solidária, a perspectiva de entender que eu não dou conta solitariamente de

um conhecimento, a questão de perceber a importância do coletivo no exercício da própria identidade.

Sei que o tempo é escasso, mas eu não poderia deixar de colocar alguns destaques para essa discussão, que são as questões étnico-raciais, de gênero e de sexualidade. Nesta cidade, nas 13 regionais – digo isso sem nenhuma preocupação, porque estive neste início de ano nas 13 -, há projetos bastante consistentes nessa direção. Isso mostra a inclusão, que é outro dos princípios importantes numa perspectiva de qualidade social da educação; é incluir, é desconstruir qualquer tipo de exclusão, seja étnico-racial, seja na perspectiva de gênero ou mesmo numa relação de sexualidade.

Tudo isso tem a ver com outro elemento importante nos ciclos, que é a discussão da educação especial. Eu ficaria um bom tempo falando aqui de educação especial, mas quero dizer que São Paulo é a cidade que, no Brasil, mais tem trabalho com educação especial – com muitas dificuldades. A discussão dos Auxiliares de Vida Escola – AVEs é muito importante. Sofremos, sem dúvida alguma, com a ausência de um número significativo. Isso é solicitado pela rede como um todo, mas não podemos esquecer que isso não tem retorno: a inclusão é, hoje, um dado de realidade nesta cidade. Isso se pode falar em termos de Brasil como um todo.

Há também desafios permanentes, entre eles a questão das marcas identitárias em sua pluralidade. Como estamos trabalhando essa diversidade? Diversidade esta que tem que ter um recorte regional, sim, mas que não pode deixar de ter uma unidade em seus princípios. Penso que esse é o grande desafio de uma rede deste tamanho. Ela tem a especificidade de cada região, mas não pode perder a unidade de princípios como direitos. Esses direitos passam inclusive por uma articulação com a formação. E, aí, concordo em gênero, número e grau com a fala da Selma: formação e ensino geram aprendizagem, e por si só. Isso a gente sabe, há múltiplos estudos mostrando o impacto que se tem quando há uma formação que está ligada às necessidades e que foi construída nessas necessidades.

Finalizando, quero dizer que esse é um plano para uma década, não um plano para amanhã cedo. Por que digo isso? Porque, em alguns momentos, as demandas se colocam como se tudo fosse acontecer em um único ano. Temos uma década! Se nas décadas passadas a questão era o acesso, hoje no Brasil 98,2% das crianças encontra-se na escola. Isso é um avanço. Agora, a discussão é: qual é a qualidade que nós temos para essa população? Essa é a questão a ser discutida nessa próxima década.

Para aprofundarmos essa questão, eu trouxe um material sobre algumas ações. Dentre elas, destaquei o Leituraço e explico por quê. No ano passado, o Leituraço foi realizado – assim como neste ano – por 10 dias, quando a comunidade educativa de todas as unidades dedicam-se à leitura de textos por 30 minutos. Vocês podem até achar que esta é uma ação pequena, mas para mim é gigantesca pois confere a possibilidade de se perceber que todos queremos formar leitores, mas leitores de mundo. É aquilo que o mestre dizia: a leitura de mundo precede à leitura da palavra. É uma leitura que se dá em uma dimensão que possibilita a construção e a transformação.

Ao mesmo tempo, a formação dos educadores é hoje objeto de um desafio imenso, que é a constituição do Cefor, como concepção e materialização.

Temos outro instrumento na rede, que é o SGP, que, num primeiro momento, gerou, sem dúvida alguma, conflitos. E os conflitos são muito importantes, pela forma, pelas implicações, mas hoje são entendidos como avanço, porque são documentação, são registro, são apropriação, são possibilidades de troca em uma reflexão permanente sobre a qualidade dos registros dessa natureza.

Se me perguntarem qual momento é mais importante ao discutir qualidade, eu não teria dúvida para dizer que não se vai para uma escola só para aprender, mas para continuar a aprender. Isso é Bernard Charlot. Por que para continuar a aprender? Quem não considera o repertório e o contexto vivido pelo ser humano não pode dizer que está trabalhando educação, quanto mais educação transformadora e humanizadora.

Mas há também outro elemento importante: não há saberes maiores ou saberes menos, há saberes diferentes. Quando Paulo Freire dizia isso, além de sabedoria, revelava o sentido de encontro dessa natureza. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PAULO FIORILO – Agradeço à Secretária Adjunta, professora Emília Cipriano.

Vamos agora abrir a audiência pública para o debate. Conforme combinado, ouviremos quem veio para audiência. Depois, passaremos às considerações dos Vereadores. Temos 12 inscrições: Soraia, Renata, Andrea, João Henrique, Maria Benedita, Maria Cláudia, Claudete, Nanda, professor Neivaldo, Laerte Brasil – para quem peço o documento de sua entidade -, Késia Alves e João Cléber. As inscrições serão encerradas durante a fala da Soraia.

Tem a palavra a primeira inscrita, Soraia, por três minutos.

A SRA. SORAIA ZANZINE (?) – Bom dia a todos e todas. Estou bastante decepcionada em ver esta plenária esvaziada neste momento, mas acredito que, pelo fato de termos conseguido que esta veiculação da audiência pública fosse virtual, as pessoas estão nos acompanhando, porque esse é um tema que interessa a todos e todas na cidade de São Paulo.

Antes de mais nada, Vereador, eu queria me congratular com a Câmara Municipal, porque tive a oportunidade de tomar conhecimento desta maravilhosa revista que foi publicada com uma das capas mais bonitas que acredito que devem ter sido veiculadas; inclusive estou até tomando a liberdade de levá-la para a região que acompanho, porque as escolas que trabalham com a questão étnico/racial com certeza vão se referir a esta revista como sendo uma das prioridades de hoje na cidade de São Paulo, de como tratar da questão dos excluídos com a dignidade e o merecimento devido.

Essa temática da qualidade social da educação, muito bem tratada pelas nossas queridas educadoras, debatedoras e lutadoras, trouxe um aprofundamento da questão dizendo

que, antes de tudo, a presença do Estado nessas comunidades socialmente excluídas se deve inicialmente pela presença da escola, que não deve ser a reprodutora do que há de mau na sociedade, como a televisão e a rede PIG vêm fazendo, mas, sobretudo, deve trazer às escolas um discurso de esperança.

Nesse sentido, quero dizer ainda que, nessa perspectiva, vimos lutando no nosso âmbito de atuação nas localidades em que estivemos, procurando promover a ideia de que educação, antes de tudo, passa por uma premissa essencial, que é o reconhecimento do outro e seu direito cidadão. A partir dessa lógica, ontem mesmo tivemos a alegria, o prazer e a glória de ter em nossa região o agora Secretário dos Direitos Humanos da Cidade de São Paulo, Senador Suplicy, fazendo uma reflexão importantíssima que trouxe a discussão necessária e que está pautada neste momento, que é a necessidade da reflexão sobre a redução da maioria penal. Nós estamos indignados com algumas pessoas que vêm fazendo a defesa da redução.

Quero que essa temática foi trabalhada nesse eixo e, por isso, informo todos que esse diálogo vai continuar no CEU Pêra Marmelo, no próximo dia 20, terça-feira, no Polo de Direitos Humanos da Cidade, às 9h. Espero vocês lá.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Soraia.

Tem a palavra a Sra. Renata Soares.

A SRA. RENATA SOARES – Bom dia a todos. Quero cumprimentar todos da Mesa e dizer que fiquei encantada com a discussão das duas professoras. Acho que é muito importante para nós.

Sou advogada do gabinete do Vereador Aurélio Nomura e, no nosso gabinete, recebemos muitas questões esta semana; muitas pessoas nos visitaram e recebemos muitos e-mails sobre o plano, o que nos deixou muito surpresos. Há um pessoal bastante interessado, e isso é muito importante.

Nossas questões são basicamente duas. Recebemos muitas questões sobre a ideologia de gênero e, sobre isso, gostaríamos de um esclarecimento de como a Secretaria pretende, na prática, implementar isso, e por que foi tão discutido no Plano Nacional, houve uma discussão acirrada sobre essa questão, como vai ser a abordagem dessa questão na prática. Outra questão sobre a qual recebemos bastantes perguntas e questionamentos é sobre a mensuração da questão da educação, que foi muito bem falada aqui, que mecanismos temos para poder refletir sobre uma melhoria da educação, em que mecanismos vocês estão pensando em implementar. Queremos um homem mais discursivo, um homem que reflète sua realidade, mas como traduzimos isso na prática, porque, como sabemos, muitas vezes o professor, embora faça parte de uma comunidade escolar, ele fica extremamente isolado dentro do seu problema. Então, como vocês pensam em traduzir essas duas questões do Plano para a prática.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Renata.

Tem a palavra a Sra. Andrea Medrado.

A SRA. ANDREA MEDRADO – Bom dia. Na primeira exposição, eu ouvi sobre a escola sendo lugar de construção, de socialização e de investigação. É também, mas ela não pode nunca tomar o lugar da família. Pela mão do Estado, a escola tem querido tomar o lugar da família e isso não deve acontecer, pois é a família que forma a criança.

O segundo ponto é exatamente o que foi exposto na fala anterior, sobre a ideologia de gênero. De fato, o PNE discutiu tudo isso, mas foi tirado dele a ideologia de gênero e está voltando agora para os Planos Municipais de Educação. Usando a definição dos documentos de Yogyakarta, que é a autodefinição, e a própria Judith Butler também fala isso, o gênero pode ser flexível, excluindo os biologismos que falamos, embora nasçam homens e mulheres.

Sou professora da rede estadual de ensino e na escola precisamos ensinar conhecimento e construir com eles, ainda que se use o termo “mediação”. Nós não devemos

tomar o lugar da família nem dizer a eles que podem escolher esse tipo de coisa, porque essa não é a nossa função; é a família que vai dizer isso.

Gênero, de acordo com as próprias definições de quem inventou, é flexível; e, se é flexível, não há como lutar contra a discriminação, pois a própria discriminação exclui todos os tipos de diferença. A questão do gênero, portanto, não pode constar no PME - Plano Municipal de Educação. Fico constrangida quando vejo professores defendendo esse tipo de coisa, pois sabemos a definição correta.

Uma das coisas que peço é que seja mudado o termo “gênero” para o termo “sexo”, porque aí, sim, não pode haver discriminação quando há de fato. Mas se não sabemos contra quem vai ocorrer a discriminação, porque o gênero é flexível e cada hora se pode escolher uma coisa, não tem como lutar contra isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Andrea.

Tem a palavra o Sr. João Henrique Dias.

O SR. JOÃO HENRIQUE DIAS – Não sei se os presentes acompanharam, no ano passado, a polêmica que se instaurou no Congresso Nacional por conta da ideologia de gênero, que estavam tentando introduzir no Plano Nacional de Educação. O MEC, infeliz com a derrota que teve no Congresso, resolveu mandar pelo Conae a questão da ideologia de gênero para todos os municípios do Brasil. Esse projeto, em especial o substitutivo apresentado pelo Vereador do PSOL da Mesa, encheu de ideologia de gênero o Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo.

Por que somos contra a ideologia de gênero e por que o movimento Pró-Família pautava essa questão? Porque, segundo a ideologia de gênero, eu, João Henrique, nasci como uma pessoa, não homem ou mulher; ou seja, não tenho uma determinação biológica para ser homem ou mulher, é uma autodeterminação total. Isso significa que se hoje eu decidi compor minha identidade com elementos do sexo feminino, todos vão ser obrigados a aceitar que sou

uma pessoa *sui generis*, ou seja, nem homem nem mulher. E é isso que estão tentando introduzir na educação das nossas crianças aqui em São Paulo. Essa é a ideologia de gênero.

Aqui a gente não está tentando pautar nada, nenhuma discriminação contra o homossexual ou contra a mulher, não é nada disso. O ponto é o que a gente quer introduzir na educação das nossas crianças. Na Alemanha, por exemplo, semana retrasada, ouvimos notícias de pais cujos próprios filhos não quiseram frequentar as aulas de gênero propostas pelas escolas, que foram presos por causa disso. É isso o que a gente quer trazer para a educação brasileira ou não? Passei em empresas por não concordar com a ideologia que a escola está pautando para as crianças.

Era isso o que eu queria trazer como estudante de Direito e como cidadão desta cidade. É algo que me preocupa, que a gente traga isso para a nossa cidade.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, João Henrique.

Tem a palavra a Sra. Maria Benedita.

A SRA. MARIA BENEDITA – Bom dia a todos os presentes. Queridas Professoras Selma e Emilinha, já tivemos o prazer de estar juntas muitas vezes. Srs. Vereadores da Casa, somos muito gratas a todos. Eu estou representando o Sinesp, um sindicato dos gestores do Município de São Paulo.

Do tema falado, a Emília mostrou as ações todas da Secretaria. Algo que nos interessa muitíssimo, desde a elaboração do Plano, do dia a dia do nosso trabalho é a questão da educação especial. Fazemos anualmente uma pesquisa na rede e encontramos situações que, embora a Emília tenha falado sobre todos os avanços, não ficou clara a posição do Município.

No cenário nacional, afirmamos que há muito a fazer, mas muito mesmo. Quanto à questão da acessibilidade, encontramos escolas onde isso está muito precário. Muitas escolas não têm local próprio para fazer a higienização da criança e do adolescente. Há lugares onde falta material, porque segundo determinações legais, existe no Município de São Paulo a figura do AVE, um número altamente insignificante, porque é para a rede municipal que se dirige o maior número de crianças em educação especial.

Segundo dados da Secretaria de Educação, há mais de 15 mil alunos com laudo frequentando as nossas escolas e temos apenas 821 AVEs. AVE é aquele profissional que

deve acompanhar a criança desde o momento em que ela bota o pé dentro da escola, na sala. Ele deve levá-la para a sala, cuidar da sua higienização, se tiver que dar remédio tem que dar, se tiver que aplicar uma sonda e tendo conhecimento, tem de aplicar. A escola se vê sozinha.

Nesse cenário, encontramos demonstrações até emocionantes. Ontem tivemos relato em uma diretoria regional na Capela do Socorro de uma criança que aprendeu Braille para poder orientar uma amiguinha cega. Isso é maravilhoso, esse sentimento que brotou da criança, essa solidariedade, esse companheirismo. Mas não podemos ficar só nisso. O Governo realmente tem que direcionar recursos para que isso melhore, para que possamos sim oferecer uma educação de qualidade às crianças de educação especial.

Por último, só queria lembrar que nós, Sinesp, temos acompanhado a elaboração do Plano Municipal de Educação há décadas. Do primeiro, passou-se o prazo e o Município não fez nada. Começou o segundo, em 2008, e estamos acompanhando e participando em inúmeros fóruns e debates.

Gostaria que o Vereador, Relator do projeto desta comissão, desse encaminhamento e contasse para a plenária quais são os passos, o que ainda vai acontecer para a elaboração do Plano Municipal de Educação.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado.

Quero chamar agora a Sra. Maria Claudia Junqueira, do CPP, depois a Sra. Claudete Alves, do Sedin.

A SRA. MARIA CLAUDIA JUNQUEIRA – Penso que falar de qualidade em educação, se a gente não tratar o financiamento, a captação dos recursos, a ampliação desses recursos, ao longo da vigência do Plano, vira palavra vazia. Qualidade, qualidade, qualidade, nós precisamos realmente aumentar o investimento na educação.

O substitutivo ao Plano, nº 415, propõe que a verba para a educação aumente para 30%, sendo 5% destinados à inclusão. Se nós não tivermos isso não adianta mais nada, não resolve nada.

Outra coisa importante também, está nesse Plano, já passou pela Comissão de educação e foi aprovada, é a implantação do custo aluno-qualidade. Também se não olharmos para o sentido da aplicação de recursos, ou seja, cuidarmos do custo aluno-qualidade, falar em

educação de qualidade será só palavra vazia.

Eu represento o Centro do Professorado Paulista, no Fórum Municipal de Educação, eu não quero deixar dúvida nenhuma a respeito da questão da formação dos professores. A Professora Bernadete Gatti apresentou uma excelente pesquisa, onde mostra que no Brasil inteiro a formação inicial do professor é muito ruim.

Tratar da formação, atentar e ter um olhar muito especial para a formação do professor, é muito importante. Não dá para escapar disso, não. Mestrados, MBAs, doutorados, pouco significam, porque sabemos que o problema da qualidade está na formação não só universitária, mas também na pós-universitária.

Eu convido todos os presentes, assim como os Srs. Vereadores, para ler e atentar para esse substitutivo que já foi aprovado na Comissão de Educação e Cultura, para podermos ampliar a discussão para além do Projeto de Lei 415.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Muito obrigado.

A próxima é a Sra. Claudete Alves, do Sedin, depois a Sra. Nanda, da Ação Educativa.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Obrigada, Sr. Presidente. Bom dia a todos, bom dia à Mesa, quero agradecer a brilhante apresentação de ambas as professoras. É muito bom, concordo com tudo o que foi colocado, é sempre um aprendizado.

Quero fazer uma provocação para as professoras e para os Vereadores, sobre algo que muito nos preocupa. Presido um Sindicato de Educação Infantil e sinto que há uma aflição muito grande com a questão da qualidade social da educação básica.

A Secretária Adjunta, ela colocou a questão da infância, compreendida de 0 a 12 anos e a falta desse dialogo da infância com o ensino fundamental. Quando você pensa que a criança de seis anos está no ensino fundamental, realmente é verdade. Podemos verificar com muita tristeza a falta desse dialogo, e aí muito se fala do currículo integrador. Ao pensar esse

currículo deveríamos garantir, prioritariamente, a facilitação do diálogo. Vejo com algumas preocupações que gostaria apontar para a Secretaria. Os documentos do MEC, que falam sobre a questão do atendimento educacional na infância, não pressupõe a fragmentação que é verificada, principalmente, na primeira infância. O conceito é educação infantil.

E na maior rede do país, podemos ver cada vez mais aflorado essa fragmentação, principalmente, na primeira infância, de 0 a 5 anos. A minha provocação é o seguinte: esse Plano Municipal, espero que dessa vez saia, vai estabelecer as diretrizes da condução das políticas a serem implementadas pela Secretaria nos próximos 10 anos. Como podemos garantir a qualidade social da educação infantil, e aproveitamos para focar na questão da infância, se os sucessivos governos têm priorizado transferir esse atendimento para terceiros.

Quando a gente pensa, que tudo que foi estabelecido mesmo as questões apontadas na Conai, vai contra a essas diretrizes. Como podemos garantir essa qualidade. Não quero discutir aqui as exigências do Ministério Público, a questão da necessidade de atender. Mas atender por atender, partindo do pressuposto que os Executivos são eleitos para dar conta desse aprimoramento, com que direito ele transfere essa responsabilidade para terceiros.

Nos últimos quinze anos à Cidade de São Paulo, ampliou e transferiu esse atendimento, para três quartos. Hoje temos esse atendimento da educação infantil, terceirizado, privatizado e todos usados. E tem uma política, clara e estabelecida que irá continuar essa terceirização. Como você garante a qualidade sendo que partir de 2016, inclusive, você, obrigatoriamente, tem de garantir a universalização dos quatro anos. Deixo essa provocação, tanto para a Secretária Adjunto, como para a Selma e os Srs. Vereadores, como o plano vai lidar com essa questão? Garantir a qualidade do atendimento sem privatizar, sem terceirizar e sem conveniar. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Com a palavra Sra. Ananda.

A SRA. ANANDA – Bom dia a todos! Inicialmente quero destacar a importância

desse momento de discussão e da atuação dos Srs. Vereadores dessa comissão, que a discussão desse plano de educação que é um plano de estado com a duração de 10 anos, vai estar vigência, de pelo menos, em três gestões municipais. Não podemos perder a oportunidade buscar respostas para os desafios e dificuldades aqui da nossa cidade.

E a discussão do financiamento do plano é fundamental para dar concretude a esse Plano de Educação. Destaco, também, que minha fala ela dialoga com um projeto de lei substitutivo apresentado na comissão, e aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes e porque então adotar esse projeto de lei, substitutivo, para essa discussão. E a chamo atenção, sinto a falta da projeção, por exemplo, do projeto de lei para que possamos debater em cima de algo que é público, mas facilitaria e acredito que avançaríamos mais no debate.

Agradeço a fala das duas professoras e destaco alguns aspectos. Aspectos importantes que foram levantados e estão contemplados em algumas metas desse projeto de lei substitutivo, por conta do tempo vou destacar apenas algumas delas.

O projeto aborda muito a questão da formação de professores e dos demais profissionais da educação, mas também aponta o levantamento de demandas das escolas, o tempo para debate, troca de experiências, ou então, a questão da valorização dos profissionais da educação como tempo integral, por unidade, ou com relação ao conflito. A necessidade de regulamentação da gestão democrática. Em um ano aqui no Município. A necessidade da discussão sobre ampliação de recursos para efetivação do que está previsto nesse projeto de lei. Porque é necessário ampliarmos os recursos? Seja pela ampliação da manutenção do desenvolvimento do ensino, seja ampliação como a professora Selma trouxe, da base de arrecadação municipal. Se calcularmos todas as metas que ali estão previstas precisaríamos de mais recursos. Exemplos: Ainda tem o desafio de ampliação do atendimento da educação infantil, sobretudo de creches e de educação de jovens e adultos; temos à necessidade de equalizar o atendimento considerando as enormes desigualdades educacionais que ainda que

temos na Cidade de São Paulo; á necessidade de redução do número de estudantes por turma tenha um peso importante na questão é de mais recursos e esse não é sozinha, não resolve o problema, mas é uma condição fundamental para que tenhamos qualidade na educação aqui no Município.

Destaco cinco itens de estratégias para ampliação desses recursos. Dizer que temos uma mudança na lógica de financiamento da educação no País, aprovada pelo Plano Nacional de Educação, com o percentual de recursos do PIB para a educação, e aí o Município de São Paulo, como um município mais rico da federação vai precisar contribuir com isso também. A implementação do CQI ano que vem vai ter um aporte de recurso também para o Município. A necessidade de ampliar os 30% para manutenção e desenvolvimento do ensino. Só para dizer que não estamos distante disso, em 2008 chegamos a 28% dos recursos para manutenção desenvolvimento. Terceiro ponto a necessidade da regulamentação. Enfim, essa Casa, já discutiu isso. Do IPTU progressivo, e maior controle sob arrecadação do ISS, a questão da renegociação da dívida, está eminente para que o Município possa receber mais recursos com isso, e também a previsão dos recursos com os royalties do petróleo e do pré-sal. Obrigada!

O SR. NEIVALDO AUGUSTO ZOVICO – Primeiramente, um bom dia a todos. Gostaria de agradecer ao Presidente da Mesa e solicitar para que meu tempo seja dobrado porque eu vou usar a língua de sinais.

Obrigado ao Srs. Vereadores que pensaram em trazer um intérprete que é muito importante, se não tem intérprete como é que os senhores vão participar dessa ocasião importante. Temos professores surdos participando, então, quero parabeniza-los por terem tido esse cuidado de contratarem esses intérpretes para estarem aqui presentes. Obviamente, estamos muito preocupados com as questões da educação infantil, mas quero fazer uma solicitação especial para a questão da inclusão das escolas especiais, que é muito importante.

Às vezes pode-se pensar que a inclusão em São Paulo é perfeita, é modelo mas

não é bem assim que tem acontecido, há muitas falhas e precisamos trabalhar juntos para poder melhorar essa questão. Gostaria de conscientizá-los sobre esse ponto. Sou surdo e minha primeira língua é a de sinais, e minha segunda língua é o português. Eu como uma pessoa, uma identidade surda, eu preciso que sejam respeitadas as escolas bilíngues e que isso seja incentivado cada vez mais aqui em São Paulo. Temos seis escolas bilíngues aqui em São Paulo, mas obviamente que precisamos melhorar muita coisa nesse sentido.

Estamos trabalhando para criar estratégias para desenvolver o trabalho, mas o mais importante é que os surdos não são só deficientes como todos e então têm de serem colocados todos juntos, não é bem assim que funciona.

Falamos de inclusão e colocamos os deficientes todos misturados, mas não é assim. O surdo tem uma identificação linguística diferente e essa identificação linguística precisa ser trabalhada na sua língua. Então, é importante ter essa conscientização e desenvolver os planos nesse sentido para que a educação do munícipe surdo possa também ser igual as dos demais.

Pensar que a inclusão é o caminho de colocar todos numa mesma sala não é bem por aí. É importante ter informações, mas falta formação, que é muito básica, precisamos de algo mais profundo para melhorar realmente a questão dos surdos no município de São Paulo. As escolas bilíngues são essenciais para que isso aconteça. Para que os surdos possam frequentar a escola, terem convivência linguística e assim lá fora poder junto com a sua família ter o diálogo. Porque muitas vezes é na escola que o surdo consegue socializar. Porque muitas vezes lá fora com a sua família não consegue ter esse diálogo, então, é na escola que vamos poder passar informações para ele e a formação cultural e identidade dele será formada na escola para que possa se desenvolver e de forma mais rápida, mais progressiva.

Nós surdos não somos contra a inclusão, às vezes, pensam que o surdo tem um movimento contra a inclusão, não, pelo contrário, somos super a favor da inclusão, principalmente, na educação infantil, mas é importante se respeitar a identidade linguística de

cada ser. Nós surdos temos uma identidade linguística e precisamos que isso seja respeitado porque depois que o surdo tem o conhecimento da língua de sinais, aí sim podemos colocar intérpretes e tudo o mais, mas o que adianta você colocar um intérprete para uma criança que não sabe a língua de sinais?

Precisa se fazer adaptações, melhorar a qualidade dos professores, principalmente, e concursos adaptados para os professores surdos em língua de sinais. Como é que um professor surdo vai fazer um concurso se a prova dele não é na língua dele de sinais, que é primeira língua. Temos a nossa segunda língua, que é a língua portuguesa, mas é importante respeitar a identidade linguística de cada um.

Agradeço muito por vocês estarem fazendo esse movimento, à Secretária Adjunta, a professora, e já mandei um pedido oficial para vocês, estou aguardando a resposta. Por favor, se vocês puderem avisar até para dar um retorno o quanto antes aqui para nós.

Muito obrigado a todos da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo - PT) – Muito obrigado, Professor Neivaldo, que mesmo com intérprete foi preciso no tempo. Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil, que ficou de entregar o documento da entidade.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente Mundial da Uniglobal Trabalho. A central tem uma instituição de educação superior que é a Unesco, Universidades das Nações Unidas de Excelência da Educação e Cultura. Essa universidade, a partir de 2016, começará a desenvolver 15 cursos fixos e cerca de 30 a longa distância.

Um dos grandes eixos de sustentabilidade no novo mundo é que para formar uma nova sociedade para o mundo do trabalho e do empreendedorismo é preciso investir em políticas públicas de educação, esporte e cultura do novo cidadão, que é a criança e o adolescente. Mas, ao longo desses anos, não houve essa formação.

O Brasil, desde o descobrimento, construiu a primeira universidade em 1930, no

Estado do Paraná. As elites, nesses 430 anos de fundação do Brasil, com o dinheiro que era explorado do trabalho escravo nas capitanias hereditárias, colocavam seus filhos para estudarem no exterior. Assim a população brasileira ficou na bancarrota com relação ao sistema da educação. Assim mesmo na universidade não estudavam pobres, negros e mulheres, apenas ricos.

O ensino começou a ser desenvolvido de 1945 para cá com o Governo de Getúlio Vargas, mas no Golpe Militar, os militares travaram o sistema de educação, porque apenas estudavam os ricos. Nesses longos anos, a única política pública existente para a criança e o adolescente foram balas, porque só no regime militar foram mortos, para queima de arquivo, 1,450 milhão de jovens na faixa etária de oito a 19 anos. E de 88 até hoje, foram mortos cerca de 790 crianças e jovens nessa mesma faixa etária.

Os educadores também são tratados a balas, *pitbull*, agressão física e estupro, como o recente grande escândalo ocorrido no País em que, até agora, ninguém foi punido por aquela agressão arbitrária aos educadores.

Foi com essa grande visão de futuro, para encerrar, que há mais ou menos um ano e meio, antes da Marta sair candidata a Prefeita, apresentei um projeto de instalação na cidade de São Paulo dos CEUs, que eram verdadeiros clubes integrados com educação, esporte e cultura. A ideia seria construir um a cada Distrito. Defendemos uma escola democrática, digital e sustentável.

Participamos de todas as audiências públicas desse Plano inclusive defendemos a aquisição de um computador para cada aluno. Até a merenda escolar tem de ser discutida entre professores, educadores e alunos para aprovar qual deve ser a alimentação. Também um projeto de atividade física dentro das escolas de formação de atletas não apenas para bater recorde, mas para preparar a criança e a juventude para pensar.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado pela oportunidade da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo - PT) – Obrigado. Gostaria que o senhor procurasse o Vereador Toninho Vespoli, ou a Assessoria dele, para discutir aquela salva de prata que será oferecida.

Tem a palavra a Sra. Késia. Em seguida, o Sr. João Kleber.

A SRA. KÉSIA - Bom dia a todos. Meu nome é Késia, sou do CRECE, do Conselho de Representantes de Conselhos de Escola e estou na Coordenação Adjunta do Fórum Municipal de Educação, representando o segmento família.

Eu vou falar em nome do segmento família e gostaria que esta Casa levasse em consideração todo o processo da Conferência Municipal de Educação de 2010. Essa Conferência refletiu todos os anseios de todos os segmentos envolvidos. A quem realmente interessa o Plano Municipal de Educação? A nosso ver são as crianças e as famílias. A criança é o nosso produto final e é nela que todo esse plano será executado. Gostaria que esta Casa respeitasse essa conferência e levasse isso em consideração.

Gostaria de pontuar que uma audiência pública é feita para ouvir o povo e qualquer cidadão deste Município tem direito a fazer uso da palavra. Incomodou-me muito a sua fala, Vereador, a respeito do Laerte solicitando a ele o que o senhor não solicitou a ninguém, em que pese também tenho divergências com a fala dele. Mas falamos tanto da inclusão, de trabalharmos com as diferenças e temos de começar a executar isso. Inclusão e diferença não são só para deficiente. Todos nós somos diferentes na maneira de falar, de se expressar e gostaria que todos respeitassem isso. Está na hora da gente fazer o discurso condizente com a nossa ação e vice-versa. E temos a mania de não fazermos isso - a começar por esta Casa.

Gostaria muito que fosse levado em consideração o substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes porque este não é um substitutivo apresentado pelo Vereador Toninho Vespoli. Este é um substitutivo apresentado por todos os envolvidos no processo da Conae de 2010, todas as entidades representativas, todos os movimentos e a população defendem este substitutivo. Ele não é consenso entre nós, mas é o que reflete o máximo da

sociedade municipal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Késia.

Só para registro, o que eu propus ao Laerte é que ele falasse depois com o Toninho sobre uma Salva de Prata. Não houve nenhum desrespeito ao Laerte até porque ele participa das audiências públicas comigo em todas as comissões, fala em todas as comissões que presido e tenho sido rigoroso no tempo com todo mundo.

O próximo é o João Cleber.

O SR. JOÃO CLEBER – A meta número quatro fala da valorização dos professores em educação da rede municipal de ensino e o conceito de plano que estamos trabalhando fala educação para a cidade de São Paulo.

Foi mencionada, pela Mesa, a educação como vinda da educação infantil à universidade. A Prefeitura, com a política de UAB, tem atendido em parceria com o Governo Federal e universidades públicas essa modalidade.

O Ensino Médio é um vazão de políticas públicas. Temos expansão da educação infantil e quase a universalização do ensino fundamental. Aqueles que passam pelo Ensino Médio têm acesso ou a rede pública ou ao Fies ou ao Proni.

Hoje, o debate público que está ocorrendo quanto ao Ensino Médio é o encarceramento do jovem ou o extermínio. Essa é a discussão para a faixa etária de 15 a 17 anos que está em pauta no Congresso Nacional.

Não poderia me manifestar aqui sem falar dessa questão.

Há um provérbio africano que diz ser preciso de uma aldeia para educar uma criança.

Nós não podemos pensar um conceito de Plano de Educação sem articulá-lo com as outras políticas públicas: assistência social, saúde, juventude e demais. Ele tem que ser um plano que aponte para essa articulação com toda a rede.

O artigo 86 do ECA diz que a política de atendimento à criança e ao adolescente tem que ser articulada em diferentes níveis de governo e a sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, João Kleber.

Tem a palavra o Sr. Nilson Alves de Souza, Assessor do Sr. Vereador Toninho Vespoli.

O SR. NILSON ALVES DE SOUZA – Quero começar reafirmando que a proposta substitutiva que reapresentamos na Comissão de Educação, felizmente, aprovada, foi resultado de um esforço coletivo, que reuniu as demandas aprovadas em plenárias com ampla discussão nas conferências, portanto, com grande peso e significado, e não podemos desrespeitá-las, até porque isso traz, na prática, um princípio que tentamos preservar e valorizar no Plano Municipal de Educação que é a gestão democrática.

Quero iniciar falando sobre o financiamento da educação. A professora Selma mencionou uma questão interessante para a gente sobre a ampliação de base dos recursos.

Na verdade, essa questão é posterior a uma real necessidade que teríamos, que é a da reforma tributária.

Contudo, sabemos nós que o período político, a conjuntura política, não permite essa discussão, infelizmente. Então, continuamos com um sistema tributário, onde os mais favorecidos são aqueles que contribuem mais na arrecadação de impostos. Teremos que enfrentar esse debate. Só que os recursos orçamentários destinados à educação têm enorme importância na definição dos rumos da educação no nosso País.

Vale lembrar que, nos períodos quando não tínhamos o regime democrático, não havia vinculação de recursos orçamentários. Nos períodos com maior abertura democrática, temos presente esse mecanismo, que é muito valioso.

Se não, vejamos: nesta Casa, quantas não são as vezes em que entramos em

embates, para defender a não concessão de isenção de impostos. Esses impostos, muitas vezes concedidos, em geral, favorecem grandes empresas que têm no seu fundo prioritário a obtenção de lucro.

Para terminar, quero, aproveitando as falas da professora Selma e da Secretária Adjunta, dizer que a comunidade escolar pensa e produz conhecimento e cultura.

Entretanto, há uma dificuldade na socialização dessas experiências, pois essas não têm espaço para serem valorizadas. Assim, não têm condições de vingar dentro das unidades escolares.

Farei uma comparação: a Emília Cipriano apresentou uma proposta do Leituraço. Por todas as escolas nas quais passei – sou professor -, esse programa foi realizado. Mas, na última escola por que passei, que tinha apenas 4 anos, ela batalhava para que tivesse o acervo inicial para realizar esse projeto. Então, a questão não é se todas as escolas vão realizar ao mesmo tempo, mas, sim, se todas terão condições de implementar os seus projetos, porque garanto que a comunidade escolar, os professores e alunos têm condições de fazer e produzir, mas é preciso que se dê espaço e o acervo inicial para fazer esse projeto. Então, a questão não é se todas farão ao mesmo tempo, mas, sim, se todas terão condições de implementar os seus projetos, porque garanto que a comunidade escolar tem condições de fazer e produzir. Agora, precisamos dar espaço e condições para que a comunidade faça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Jonas Wacks, da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

O SR. JONAS WACKS – Bom dia a todos e a todas.

Nós, da Secretaria, temos acompanhado a discussão do Plano Municipal de Educação, desde o início da gestão do Sr. Prefeito Fernando Haddad, pela convicção da importância de planos decenais que sejam políticas de Estado para normatizar os diferentes setores da política pública.

No nosso caso, também há um interesse específico, que é o de garantir que a agenda de Educação e Direitos Humanos esteja contemplada e presente nesse documento. Isso porque, e todos sabemos, o Brasil é um país fundado em relações de violência - o

extermínio dos indígenas, séculos de violência, escravidão dos negros, ditaduras militares – e vivemos até hoje muito intensamente os resultados e as consequências do legado desse histórico de violência. Um dos casos evidentes, que João acabou de mencionar, da mão do próprio Estado a nossa juventude negra e periférica está sendo assassinada e, agora, tem a intenção de poder encarcerá-la com mais facilidade.

Então, para nós, a Educação cumpre um papel fundamental na transformação desse cenário e de nossa história e a Educação de qualidade social, não qualquer educação, mas uma que valorize as diferenças, que combate os preconceitos e que promova o respeito. E, sim, a escola é um espaço de educação em valores. A escola é um espaço de formação e de discussão de valores – diferentes, muitas vezes, daqueles da família – de democracia, solidariedade, respeito, apesar de muitas famílias cultivarem outros tipos de valores, como percebemos aqui em algumas manifestações.

O Plano Nacional de Educação avança em muitos aspectos, mas na discussão da qualidade ele trata muito de ideia e de indicadores que não consideram processos, como a Professora Selma havia dito, e que não consideram a gestão democrática, um ambiente de respeito, se tem ou não violência na escola.

São Paulo pode dar o exemplo, mas fico muito preocupado, porque acho que o cenário, em São Paulo, podemos dar o exemplo, somos uma sociedade muito diversa, plural, composta em sua essência por muitos imigrantes, mas aqui também temos outras forças que estão atuando nesta Casa, com muita força, que acho importante cuidarmos.

O único ponto do substitutivo da Comissão de Administração Pública, foi mudar a meta sobre Educação para a Diversidade para Educação para os Valores da Família – e parece que é uma família só, aquela família heterossexual, branca, católica, essa mesma que foi a responsável por esse processo histórico de violência, em associação com as igrejas.

Aí, queremos reforçar a importância de que a Educação pública seja laica, democrática. Se nas DREs já estão acontecendo projetos nesse sentido, precisamos garantir que isso seja uma política de Estado, não de Governo. Por isso a importância de mantermos, no Plano Municipal de Educação, as estratégias que tratam desse tema: 3.13 e 3.14 seguintes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Jonas.

Tem a palavra o Sr. Marcos Mendonça. Em seguida a Sra. Rodineia Arantes, do Conselho Tutelar.

O SR. MARCOS MENDONÇA – Bom dia a todas e a todos, Mesa, educadoras amigas e lutadoras na área da Educação, Vereadores presentes, me inscrevi porque entendo que na discussão da qualidade social da Educação é necessário que entendamos a centralidade da unidade escolar como a fundamental para o processo de construção de qualidade.

Quando falo da centralidade da unidade educacional me refiro à necessária perspectiva de entender a unidade escolar como um espaço não só da formação continuada, mas também como formação inicial. E principalmente nos aspectos de gestão que envolvem a necessária qualidade que queremos construir.

As escolas hoje já detêm alguns recursos à disposição, mas ainda são vistas como meras executoras de diretrizes. Parece que a necessária qualidade social passa pela discussão no ambiente escolar. Uma participação ampla tendo em vista as diretrizes que a Secretaria tem de que disponha de recursos para que isso aconteça no ambiente escolar com um grau de liberdade um pouco mais amplo do que temos. Isso parece fundamental.

E quando falo disso falo também que para que isso aconteça é necessário que ao ver a centralidade da unidade educacional no processo educativo, pensar na necessária ação protagonista dos atores que estão lá: estudantes, educadores, pais e todos os que convivem no ambiente educacional. Construir um plano nessa perspectiva significa pensar a escola pública municipal, porque é dessa que falamos. E entendo que hoje, embora a UAB exista, essa experiência ainda é muito recente e exatamente por ser recente a experiência de formação que a UAB tem como ensino universitário e todos os espaços de formação universitária devam entender a escola como o espaço em que essa formação tem de se dar.

Então penso que um plano municipal de educação deve priorizar essa centralidade do papel da escola no processo educacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Marcos Mendonça.

Tem a palavra a Sra. Rodineia Arantes, do Conselho Tutelar. Em seguida, o Sr. Samuel Firmo, da DRE de Guaianases.

A SRA. RODINEIA ARANTES – Obrigada. Bom dia, Presidente, Vereadores, professores e todos os presentes, quando trazemos a questão da Educação e pensamos em como fazer um plano municipal da educação sem garantir o Estatuto da Criança e do Adolescente, que traz todos os direitos dessa criança ou daquele adolescente negro que está

lá na comunidade morrendo, aquela criança que tem deficiência e não consegue a inclusão, crianças sem vaga em uma creche ou EMEI e o ensino de qualidade.

Isso basicamente resume o que estamos discutindo aqui hoje, porque fala dos direitos, principalmente na questão da articulação com todas as políticas públicas setoriais que trazem a saúde, assistência, esporte, lazer, todas estão pautadas aqui. E é interessante observar que a lei federal 11.525, de 25 de dezembro de 2007, diz o seguinte no § 5º: “O currículo fundamental incluirá obrigatoriamente conteúdos que tratam dos direitos das crianças e adolescentes”.

Quando conseguirmos que as escolas trabalhem em cima disso, do que é direito e foi conquistado pela própria sociedade teremos minimizados muitos desses problemas que trouxeram aqui. Até mesmo garante como o Executivo tem de tratar a questão do orçamento. Prioridade absoluta está aqui dentro. É o orçamento. É para a criança, para o adolescente, de todas as políticas. É tratado aqui dentro.

O Executivo tem de garantir o que a Constituição traz e também o que é de responsabilidade de toda a sociedade. O artigo 4º do Estatuto é claro: é da sociedade, do Estado, da família. E aqui conseguimos colocar cada um no seu papel, respeitando também a condição peculiar dessa criança e desse adolescente em desenvolvimento. Tudo o que a Selma e a Secretária Adjunta trouxeram.

É só por em prática, e quero saber como hoje a Secretaria Municipal de Educação está pensando em regulamentar a lei 11.525. Ela precisa ser regulamentada para que possamos garantir de fato o direito de todas as nossas crianças e adolescentes na cidade de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado Rodineia. Tem a palavra o Sr. Samuel Firmo, da DRE de Guaianases, em seguida a Sra. Cristina Cabral, Assessora do Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. SAMUEL FIRMO – Bom dia a todos e a todas, à Mesa, Professoras Selma e Cipriano, como sempre fizeram falas brilhantes. Quero dizer que concordo com 70% da fala de vocês.

Uma das coisas que a Professora Selma disse: a escola precisa ser um lugar onde se pense. Mas a escola não é o lugar do pensar. A escola é o lugar do fazer. E quem afirmou isso é ninguém menos que Michel Foucault, que morreu em 1984.

Então a escola é estruturada de uma forma que lá só se faz, porque o currículo da escola é o discurso da Educação, o currículo é o que expressa a Educação. E o currículo é algo sólido, algo rígido, e a minha pergunta é a seguinte: nos planos – sei que a Professora Selma ajudou a elaborar – o que aponta para um currículo que seja flexível, ou minimamente flexível, já que vivemos num momento em que o mundo é da flexibilidade. Não vivemos mais em um mundo rígido, não é nem líquido mais, já é gasoso. As coisas mudam o tempo inteiro.

Então como lidar com um currículo extremamente rígido e buscar a qualidade da Educação em um mundo que não é mais rígido nem sólido, mas com tantos fluxos?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Samuel, muito obrigado. Tem a palavra Sra. Cristina Cabral, Assessora do Vereador Eliseu Gabriel. Em seguida, ao Sr. Jesse Pereira Felipe.

A SRA. CRISTINA CABRAL – Gostaria de cumprimentar todos os presentes, espero que tenhamos uma audiência online bem maior do que tivemos aqui no presencial, mas quero falar um pouco sobre a questão que a Professora Selma aponta sobre a vocação da Educação.

No sentido da vocação penso que não há vocação outra para a escola e para a Educação que não seja a humanização.

Então, nesse sentido, desumanizar não cabe e nenhuma meta e nenhuma estratégia deve primar pela desumanização. Algumas colocadas vão de encontro a essa questão.

Então, gostaria de destacar e pontuar a meta três, que estamos discutindo, mas no sentido das estratégias que estão postas. Tivemos uma história muito conturbada. Eu participei da Conae, fui delegada, interrompe-se Conae, volta-se Conae, enfim, não podemos perder mais tempo do que já perdemos.

O substitutivo que foi alternativo e que é de mínimo consenso da sociedade civil, entidades e do governo, inclusive, porque o governo já tem o conhecimento deste documento, foi em 2012 e até agora a maioria das pessoas não conhece o teor do substitutivo que foi apresentado ao projeto do Executivo. Eu lamento isso porque muitas das falas da professora Selma estão contidas nesse documento, que é o substitutivo.

A questão quantitativa não é menos importante do que as demais, mas temos 43 estratégias em confronto a menos da metade das estratégias propostas pelo Executivo no projeto original. Temos de pensar nisso também e essas questões serem de maior relevância e discussão pelo grupo que esta aqui na Câmara, até porque são colegas, e eu acho que uma comissão tem de saber o que a outra comissão faz. Isso é o mínimo que a gente pode exigir de um grupo de Vereadores da Casa Legislativa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado.

Quero passar agora ao Jesse Pereira Felipe.

O SR. JESSE PEREIRA FELIPE – Eu sou Felipe, da DRE-Pirituba/Perus. Queria parabenizar o Vereador Fiorilo e os demais Vereadores pela iniciativa e as sempre brilhantes educadoras Selma e Emília.

Eu queria falar a respeito de algumas metas referentes à questão do Plano Municipal e Nacional porque os grandes debates que estão ocorrendo, atualmente, em todo o Estado de São Paulo, é uma iniciativa proposta pelo MEC para alinhar os Planos Municipais ao Plano Nacional, por isso que não podemos pensar que o Município de São Paulo vai ser ilhado e não vai discutir sobre as metas do Plano Nacional de Educação.

Falarei da meta seis, sete e cinco. A meta cinco é mais simples para nós porque fala que temos de alfabetizar todas as crianças com oito anos. Com a reorganização do governo atual vamos conseguir dar conta disso. A divisão do Ensino Fundamental em três ciclos, sendo o primeiro de alfabetização, vamos dar conta e avançar um pouco mais quando pensarmos no verdadeiro letramento a partir do ciclo interdisciplinar e depois no ciclo autoral, finalizando o Ensino Fundamental.

Não foi falado e vou provocar este debate com a mesa a questão do IDEB. Na meta seis, do Plano Nacional de Educação, falam que temos de alcançar o índice do IDEB de seis para o Ensino Fundamental nas séries iniciais; de cinco e meio, nas séries finais; e de 5.2, no

Ensino Médio. Temos de alinhar essas metas.

O Município de São Paulo não pode ficar à parte desse processo todo.

De qualquer forma, para atingirmos um Ideb, sugiro que façamos uma reflexão e envolva o MEC nesse debate para reorganizarmos os elementos que definem o Ideb.

Acho que tem que ser levado em consideração, por exemplo, o índice social de cada escola, Município ou bairro; os tamanhos das escolas e suas estruturas. Se esses fatores não forem levados em consideração, o Ideb será uma panaceia e não resolverá o debate colocado.

Finalmente, em relação as 126 escolas do ensino fundamental atingiram a meta, 203 evoluíram, mas não atingiram a meta; 150 diminuíram o índice em relação ao Ideb.

Por isso, é necessário pensarmos bem nesse alinhamento.

Não podemos nos esquecer da relação entre a qualidade da educação e o financiamento da educação.

Estou muito preocupado com os debates que vêm ocorrendo em nível nacional quanto à Petrobrás, pois temos 75% do Pré-sal para educação e 25% para saúde; e 25% do Fundo Solidariedade do Petróleo.

Existem muitas pessoas dos setores mais conservadores da sociedade debatendo intensamente a privatização da Petrobrás. Está cheio de escândalos. Tem que punir! Tem que prender! Tem que julgar! E as pessoas que cometeram erros e crimes têm que ser colocadas na cadeia, mas a Petrobrás tem que ser preservada, porque é dela que virá o dinheiro do Pré-sal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Marcos Manoel e, por fim, o José Adão. Depois, ouviremos os Vereadores, as expositoras e iremos aos encaminhamentos finais.

O SR. MARCOS MANOEL – Bom dia a todos e todas.

Quero trazer três temas sobre os quais a Cidade tem experiências belíssimas. No

entanto, temos que conversar mais sobre eles e aproveitar o momento do Plano Municipal e não apenas da Secretaria Municipal da Educação para avançarmos.

O primeiro tema é a inclusão. Temos um desafio muito grande que é dialogar com a rede estadual de ensino a ampliação e aperfeiçoamento do atendimento. Cansamos de ter relatos nas escolas de mães que são expulsas das escolas estaduais com seus filhos, alguns agora na própria diretoria de ensino da rede estadual, e que são encaminhados à Prefeitura. Esse debate temos que enfrentar e trazer a rede estadual para a mesa, a fim de dialogarmos em consonância com o plano nacional, mas, também, com o plano estadual de educação.

O segundo tema é o da educação integral e em tempo integral.

Temos avançado bastante na Cidade. Há um conjunto bastante significativo de escolas em tempo integral. Temos, ainda, a implantação do programa federal Mais Educação na capital. Em Pirituba, somos 60 EMEFs, dessas 40 aderiram ao programa de tempo integral Mais Educação.

Entretanto, temos que avançar nesse tema, pois as crianças pequenas que saem da escola – são atendidas na EMEI no período da manhã –, e a família tem que pagar alguém para ficar com a criança ou outra escola. Então, o segredo está na fala do João Kleber, temos que discutir intersecretarias, com SMADS, Cultura, Esporte e o conjunto do Governo, a fim de oferecermos mais para essa meninada, dando uma perspectiva da ampliação do tempo e das possibilidades da educação.

O último tema é da educação indígena. Também temos belíssimas experiências em São Paulo, especialmente no que diz respeito aos três CECIS: Jaraguá, Krukutu e Tenundé. A gente precisa ampliar o debate da educação indígena em São Paulo, porque há indígenas em diversas regiões da Cidade, que não estão aldeados. Há indígenas, na zona Oeste, na zona Leste e na zona Sul; e a gente não consegue chegar com a educação indígena a essas pessoas, porque elas não estão aldeadas e não estão onde há CECIs. Então, a gente tem que avançar.

Para concluir, digo que a gente tem que sim colocar, no plano municipal, nas nossas escolas e na política pública, todo o combate a qualquer forma de discriminação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Sr. Marcos.

Tem a palavra o Sr. José Adão de Oliveira, do Movimento Negro Unificado.

O SR. JOSÉ ADÃO DE OLIVEIRA – Não ia falar nada, porque me senti muito contemplado na fala de vários companheiros e colegas, quanto à questão étnico-racial.

Eu queria ponderar a questão das relações humanas. Para muitos, ainda não está muito bem claro o momento em que a gente está vivendo. Anteontem houve a 17ª marcha de protesto, da Praça Antônio Prado até à igreja Nossa Senhora do Rosário, denunciando a questão do genocídio. Ontem houve outra marcha, do Largo da Batata até à USP, quanto à questão em pauta: “Quota sim, genocídio não”.

Para muitos educadores e muitos gestores, essas questões não estão pautadas, porque, na formação que houve, ao longo das décadas, ao longo dos anos, o negro e o índio não existiam simplesmente.

Pelo Plano Nacional de Educação, está pautada uma questão, na 11.645, com o plano de implementação dessas duas leis. Então, legalmente e juridicamente, essas duas correntes, essas duas populações, no Brasil, que não existiam antes, passam a existir agora. Muitos educadores de formação, entre aspas, religiosa, têm dificuldades para conviver e aceitar outra cultura.

Quanto à questão da cultura, a educação é um espaço de convivência, de pesquisa científica e de compartilhamento do conhecimento. Isso é muito importante, porque, no contexto que a gente está construindo, desde 2008, há o conceito de educação do território, de cidade educadora. Então, não pode haver educação pública num espaço que seja público, quando famílias que tenham determinada orientação querem impor à rede pública o conceito de educação que é exclusivo daquelas famílias. Então, há muitos brasileiros que têm grande

expressão na Educação. Fazem grandes trabalhos sim, mas o pensamento está pré-Cristo. Assumiriam outra nacionalidade inclusive. Então, nós temos um trabalho muito grande. Temos que realçar, empoderar cada estudante na sua cultura e na sua especificidade e, ao mesmo tempo, contribuir para que o conhecimento que ele tenha se aflore e possa contribuir para que o nosso País seja realmente democrático e justo para todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado.

Tem a palavra o nobre Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. ELISEU GABRIEL – Saúdo a todos, à Mesa, os Vereadores e demais professoras. A lei que instituiu a necessidade de se fazer o Plano Municipal de Educação manda fazer com um debate com a sociedade. Em 2001, foi feita a primeira exigência; e São Paulo acabou só começando a fazer o plano, porque tinha que ser de iniciativa do Executivo, depois de muita pressão, em 2008, quando se começou a discutir o Plano Municipal de Educação da cidade de São Paulo. Aí foi um longo debate, muito interessante. Houve as conferências municipais.

A proposta que agora está, na Câmara, tem uma exigência, para que isso seja entregue até o final de junho, para que aprovemos esse plano, que é uma lei. Agora o fio da história de tudo o que vem acontecendo está nesse substitutivo aprovado pela Comissão de Educação, da qual eu faço parte, cujo relator é o Vereador Toninho Vespoli.

Então, o plano que vem desse debate, ao longo de tanto tempo, é esse. É isso que eu peço, que a Comissão de Finanças, representada pelo Vereador Paulo Fiorilo, leve em conta o conteúdo desse plano, desse substitutivo apresentado pela Comissão de Educação.

Há algumas questões bem rápidas. Como disse a professora, nós estamos na década da qualidade da educação. Qualidade para mim representa educação integral, não só em tempo integral. Tempo integral é uma das estratégias. Basicamente quanto a esse plano, do qual o Vereador Toninho Vespoli foi relator e que a Comissão de Educação discutiu e aprovou, nós temos que considerar basicamente, se a gente quer qualidade na Educação, o

financiamento, a descentralização de recursos. A gente tem que considerar o número de alunos por classe, o número de funcionários por alunos, o número de gestores e a questão do financiamento.

O segundo ponto é a democracia, os conselhos de escolas e os Crecis. Aliás, quanto a isso, ontem nós conseguimos finalmente aprovar uma lei que instituiu o Creci na rede municipal. Fui um dos autores desse projeto de lei. Ontem foi aprovado, aqui na Câmara Municipal, em segunda votação. Depois, há a autonomia da escola, outra questão central; o apoio decisivo à formação do professor, gestor e funcionário; a questão de estancar a terceirização, e quanto à inclusão, que haja estrutura para que isso seja feito. Falo também de uma interação efetiva com as redes estadual e federal, enfim, tudo o que existe de educação na cidade de São Paulo.

Aproveito a oportunidade para convidar a todos para participarem de dois eventos que nós estamos organizando. Quanto ao primeiro, podemos falar em fracasso escolar, enfrentando as dificuldades de escolarização. Estamos o evento aqui, na Câmara, para o dia 26 de maio, das 13h30 às 18h. Esse encontro é feito com apoio do CPP, do fórum sobre medicalização, da Aprofem, da Abrapee, do Alesco, fonoaudiologia, queixa escolar e Sinesp. Há também outro evento que nós estamos organizando aqui na Câmara - meu gabinete e a Assessoria estão trabalhando nisso - chamado participação e gestão democrática nas escolas. Esse evento vai ocorrer no dia 23 de junho. Há uma série de conferencistas importantes, que vão participar. Também há o apoio de várias entidades que já citei aqui, que também estão realizando esse evento.

Agora vamos ouvir o Vereador Toninho Vespoli, relator desse substitutivo, e fazer um apelo para a Comissão de Educação, para que leve muito, em conta, esse que é o fio da história desse debate de cinco anos na cidade de São Paulo, o Plano Municipal de Educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado.

Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Quería saudar a professora Selma; a Sra. Emília, Secretária Adjunta; os Vereadores aqui presentes, inclusive o Sr. Paulo Fiorilo, que está presidindo essa audiência pública e todos os presentes. Que bom. Os cinco Vereadores aqui, na Mesa, somos professores. Então, podemos ter divergências em algumas questões, mas, a divergência de concepções e questões acrescenta bastante o debate. Realmente sem conflito a gente não avança. Também tenho bastante essa concepção.

Quero falar algumas coisas que acho importantes. Quanto à participação popular e à questão da sociedade civil, isso já foi falado. Esses assuntos são importantíssimos, para se chegar a esse substitutivo que está aí, que foi aprovado agora na Comissão de Educação.

Até como relator, nós tivemos dificuldades. Por exemplo, se convidávamos o Governo do Estado e o representante do Governo Federal para participar da discussão, não vieram em nenhuma. Isso não foi só nas audiências públicas. Nós fizemos um GT aqui de discussão. Fizemos cinco encontros e não vieram em nenhuma reunião.

Quanto ao Governo Municipal, estão presentes em todas, mas, na hora em que a gente pedia a colaboração, dados ou qualquer outra questão de qualquer parte da secretaria, algumas secretarias até falavam: “Ah, nós temos colaboração para V.Exas.”. Eu estou esperando essa colaboração até hoje.

Então, assim, o Legislativo tem limites enquanto elaborar, se não houver dados precisos na mão. Por isso, às vezes, a meta pode estar assim. Se, de repente, a gente tivesse dados na mão, talvez a gente poderia ter feito alguma coisa um pouco mais diferenciada.

Eu quero colocar duas coisas que acho importantes. Uma é a questão de financiamento. A gente tem que ser muito claro aqui. A gente pode aqui ter um monte de divergências e um monte de conflitos entre a gente, mas se não for aumentado o dinheiro para a Educação, não há Plano Municipal de Educação. É balela. (Palmas)

Isso tem que ficar bem claro aqui, até porque o primeiro plano nacional tinha uma

questão, o aumento para a verba de Educação. O Sr. Fernando Henrique vetou e o Sr. Lula continuou o veto; e agora que a sociedade civil conseguiu arrancar os 10% do PIB para a Educação.

Quanto à cidade de São Paulo, a Cidade economicamente mais rica desse País, nós não vamos contribuir? Toda a responsabilidade vai ficar por conta do pré-sal ou do Governo Federal? Quer dizer, se esta Cidade não der a sua contribuição, também não vai haver contribuição dos outros municípios? Ou seja, isso também a gente aponta para o plano nacional realmente não ser efetivado, porque também se não houver as verbas para o plano nacional, isso não vai acontecer.

Deixo uma coisa bem clara no meu ponto de vista. Eu sou uma pessoa muito responsável pelos meus atos, pelo que eu faço. Às vezes, passo a madrugada pensando sobre um assunto. Hoje foi assim. Acordei, às 3 horas da manhã, e não dormi mais, pensando sobre alguns assuntos. Assim, aqui quando nós estamos falando de orçamento, nós não estamos falando: “Olha, ponha dinheiro para a Educação e tire para qualquer outra área”. Aqui nós estamos falando em cortar 14 bilhões em Brasília. O dinheiro não vai para a Saúde, não vai para o bem-estar Social das pessoas; vai para meia dúzia de banqueiros.

A gente tinha que discutir como é arrecadado o dinheiro. Essa é uma primeira discussão, porque aqui os pobres pagam, no Brasil, muito mais impostos do que os ricos. Então, qual é a arrecadação de dinheiro? A gente ainda vai ficar numa política de uma arrecadação indireta dos impostos como é hoje ou a gente vai taxar a propriedade e as grandes fortunas? A outra discussão é como se gasta o dinheiro. Aqui, nesta Casa, o que tem se aprovado e o que eu vejo sendo aprovado, no Congresso, é simplesmente o que as grandes corporações querem que sejam aprovados.

Ontem mesmo foi aprovada a privatização dos terminais de ônibus. O artigo 5º coloca que se houver prejuízo, o Poder Público vai arcar com o prejuízo dessas pessoas. É aí para onde está indo o dinheiro. Não é para as áreas sociais que está indo o dinheiro; não é

para a Saúde, não é para Educação. Então, o dinheiro está sendo apropriado para outros setores, que não querem o benefício da maioria da população, que querem para um pequeno segmento. É essa a discussão que se fazer, e não falar que têm que tirar dinheiro da Educação, e não falar que se esse dinheiro da Educação aumentar, está indo para outras áreas sociais. Isso também tem que ficar bem claro.

Outra coisa, a gente pode aqui discutir vários teoremas, mas eu, no meu tempo de professor, em sala de aula, com 35 alunos, inclusive com alunos de inclusão, sou totalmente a favor disso. A gente brigou para que esses alunos viessem para a sala de aula, mas a gente quer condições para que isso ocorra.

Quanto à meta 2, nós pegamos do Ministério da Educação, onde a referência foi dada quando o Ministro era o Sr. Haddad. Quanto a essa questão, eu espero que o Governo feche fortemente com a gente, porque a referência hoje é do atual Prefeito que está na cidade de São Paulo.

Tenho certeza que o Vereador Paulo Fiorilo, como professor, vai escutar a sociedade civil. Esse plano é de Estado, não é de Governo. Então, é um plano para dez anos. Então, se a gente não conseguir determinadas questões agora, tenho certeza que podemos chegar nessas metas estabelecidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, nobre Vereador Toninho Vespoli, a quem tenho um diálogo permanente e fraterno, em que pese termos algumas diferenças.

Tem a palavra a Sra. Selma Rocha.

A SRA. SELMA ROCHA – Todas as questões e observações levantadas são muito pertinentes e dizem respeito, de fato, à natureza do debate no seu conjunto. Então, agradeço as manifestações e o respeito inclusive do plenário no tratamento dessas questões.

Queria começar falando dos recursos. Não é para misturarmos as coisas dessa maneira, senão alho vira bugalho, e alho não é bugalho. Só os nomes são parecidos. Há um

problema efetivamente real de financiamento do Estado brasileiro, e ele precisa ser discutido. Há também um problema de financiamento dos municípios e dos Estados. Esse financiamento não pode ser tributado todo na conta federal, primeiro porque a Constituição dá autonomia aos entes federados. Essa é uma questão importante.

Segundo, uma Cidade, como São Paulo, tem capacidade de arrecadação e geração de recursos. Uma boa parte dos municípios brasileiros vive do fundo de participação, que é uma realidade completamente diferente da nossa.

Então, nós estamos falando aqui de coisas muito diferentes. Falar do Brasil, em cinco minutos, é muito difícil, porque nós estamos falando de fontes de arrecadação e de problemas de justiça tributária seriíssimas. Eu acho também que o juro come muito dinheiro no Brasil. Uma das coisas que mais come dinheiro é a evasão fiscal. Isso é brutal na história da arrecadação brasileira. Basta olhar os números. Aliás, basta ver os últimos escândalos de evasão. Isso mostra que há uma indústria da evasão. Há uma lógica de evasão fiscal. Há uma balela dura, de que, como a corrupção, tudo se justifica. Não é verdade. Há gente que defende a evasão fiscal. Isso tem a ver com teorias. Os neoliberais, que escreveram livros, no mundo, defendem isso. Dizem que têm que quebrar os sindicatos, quebrar o trabalho. A terceirização está aí para explicar isso com clareza; e se acabar com a arrecadação, porque isso garante direitos sociais e garante longevidade aos trabalhadores. Isso que eu estou falando é Ciência, não é interpretação. Isso está escrito no livro de todos os núcleos do pensamento neoliberal do mundo pós-guerra. Não é invenção e interpretação ideológica.

Então, é muito importante que a discussão comece aí. O nosso problema, em São Paulo, é mudar a base de arrecadação sim, porque, em São Paulo, nós temos condições de aumentar impostos. O problema é que ninguém quer comprar essa briga da progressividade. Nosso sistema tributário é profundamente injusto. Quem paga imposto, no Brasil, é trabalhador. Não é só o imposto de renda não. Basta ver o peso que tem o ICMS na construção da arrecadação brasileira. Então, a discussão para mim é de justiça tributária. Não adianta jogar a

peteca para Brasília só. Eu acho que os juros comem muito dinheiro da dívida pública, porque, cada vez que o juro sobe, que o Banco Central toma decisão em aumentar juros, a dívida pública sobe. Não é aquela bobageira que a *Globonews* fala, de que toda dona de casa sabe que quando o dinheiro é “x” e a arrecadação, o gasto é maior, tem que se reduzir o gasto”. Essa é uma explicação quase fúnebre para os problemas nacionais.

A verdade é que a questão está nos juros, e quem faz pressão para aumentar juro, no Brasil, é o setor rentista. Todo mundo aqui sabe disso. Se não houver força social para bloquear isso, não são abaixados os juros. Então, vamos falar de coisas bastantes reais. Na minha opinião, o que está, em discussão, no Brasil, é a justiça tributária. Sem isso, não se muda o dinheiro da Educação.

Eu não sou favorável a dar dinheiro para grande corporação, mas também não sou favorável a tirar dinheiro da Saúde, o que aconteceu com a CPMF em Brasília. Em relação à Educação Infantil, essa é uma conversa que merece muita atenção da nossa parte, por duas razões: Não dá para atender hoje, considerando terrenos, recursos, Lei de Responsabilidade Fiscal e outros itens, a todo mundo só na educação pública. Acho sim que nós temos que rediscutir a política dos convênios. Acho que a questão dos convênios, aquilo que define os convênios com as entidades não pode ser tratado somente em termos das condições de infraestrutura dos estabelecimentos.

Acho que as questões pedagógicas são problemas da Secretaria e não das instituições. Eu defendo que isso seja a cláusula de convênio, isto é, formação e acompanhamento pedagógico. Não é supervisão que eu estou falando, é aporte, que é outra coisa.

Aporte que as instituições não terão sozinhas. Para isso é que tem Estado. O Estado, desde a Revolução Francesa, tem como função socializar as condições para que a educação aconteça. Esse foi o objetivo central da conquista de direitos, que, diferentemente do que pensam alguns, levou quase 200 anos na Europa, não foi tão simples como às vezes

parece.

Em relação ao ensino médio, penso que nosso problema é a natureza das políticas que há para esse segmento. Isso precisa ser conversado, especialmente no Estado de São Paulo. Dois terços dos alunos que hoje saem do ensino fundamental não vão para o ensino médio, há uma evasão. Sobram vagas nas universidades públicas, nos vestibulares, porque os alunos não chegam a prestar vestibular. Isso tem a ver com a qualidade do ensino médio sob muitos pontos de vista. Uma das questões chave, a meu juízo, tem a ver com o fato de a escola para os trabalhadores e para os filhos de pobres é de segunda categoria na concepção. Basta entrar em uma escola estadual para entender o que estou falando. Tenho filho que hoje é adulto e que estudou em escola pública do Estado, sei a gravidade do que acontece em uma escola estadual. Estou falando das escolas centrais. Se formos para a periferia, a coisa fica muito mais grave. Por que fica mais grave? Porque essa noção de que para os pobres qualquer coisinha está bom preside determinadas políticas no Estado de São Paulo, e é bom que se diga isso com todas as letras. Porque, senão, ficamos discutindo as coisas se elas não tivessem orientação e rumo, e têm. Posso discordar delas, mas elas têm.

Terceira coisa, em relação ao currículo rígido e aos fundamentos. Sou professora de história, fui Secretária de Educação em Santo e participei de inúmeras discussões sobre se a formação das crianças começa com História do Brasil, com História Geral, com História da América. Inúmeras horas da minha vida gastei com isso e concluí que tanto faz. Vou repetir: sou professora de história há muitos anos. Tanto faz de onde você começa. O grande problema não é de onde você começa, é quais são os fundamentos que você assegura em relação ao pensamento histórico, ao pensamento matemático, à biologia, à ciências naturais, à língua, à geografia e ao conhecimento do espaço e tempo na minha área, da qual posso falar melhor. Ora, para que isso aconteça, o que garante isso não é a rigidez do currículo, é a condição de que os fundamentos das áreas sejam apropriados pelo aluno. Porque, senão, eu faço uma apostila. Nem precisa de professor; não duvido de que em algumas décadas esse

debate apareça. Aliás, nem precisa ser daqui a algumas décadas, esse debate já apareceu é o seguinte: eu dou um livro, uma apostila, como defendem alguns, defino um currículo e dou vídeo aula, sem precisar de professor para isso. O que caracteriza uma escola? É exatamente a capacidade de lidar com a mediação entre a cultura e a experiência social dos alunos e os conhecimentos, e realizar a seleção. É por isso que o debate não se reduz à dimensão didática – nem na educação infantil, nem com os bebês, nem em nenhum nível da educação.

Isso que estou dizendo é, a meu juízo, um dos fundamentos da discussão do plano. Quando falo isso me dirijo especialmente aos que trabalharam. Falo com o maior respeito ao trabalho tanto dos Srs. Vereadores como das equipes técnicas da Câmara Municipal como das equipes técnicas da Secretaria. Não vai de minha parte nenhuma crítica, mas esta é uma audiência pública e crescemos exatamente nesse debate. O debate na Conae, diferentemente do que algumas pessoas disseram aqui, foi riquíssimo e teve muita divergência. Eu acompanho isso desde antes da Conae, da época dos Coned's, quando começamos a construir a experiência de planos nacionais com a participação da sociedade civil. Esse debate é riquíssimo, é muito difícil, mas faz avançar toda a sociedade.

Ideb e ECA. Acho que o Ideb tem que ser alargado sim, a começar das áreas do conhecimento que ele avalia. Além dos indicadores citados, acho que precisamos avaliar português, matemática, história. Não sei por que o foco é português e matemática. Não consigo compreender isso e vou continuar não compreendendo. Falo isto desde sempre e continuarei falando: não acho que é possível separar língua das demais áreas do conhecimento, porque língua fala de conceitos do nosso tempo. Falando da questão dos surdos, não é a língua; a língua fala de conceitos. Portanto, ela não é pré-requisito para entender história e geografia, é inseparável do resto. Basta ligar a televisão. O Jornal Nacional entra na casa de todo mundo, todo o dia. Na minha, não, porque não assisto mais à Globo, mas na casa de milhares de pessoas. Enquanto as mães estão preparando o jantar ou arrumando a mochilinha das crianças, nele são veiculados todos os dias conceitos de história,

de geopolítica, de geografia, de ciências. Se isso integra o senso comum, vamos trabalhar somente a língua? Alguma coisa está errada.

Sobre o ECA, concordo inteiramente com o que falou a representante do Conselho Tutelar. O ECA tem que ser discutido nas escolas. Talvez seja a primeira ação de formação em torno do debate sobre a violência em todas as escolas públicas do Estado e da Cidade. Acho que essa é uma recomendação ao Estado.

Acho também, Vereador, que V.Exa. tem toda a razão quando diz que é muito difícil conversar. Entendo o que V.Exa. diz, pois fui Secretária, participe da construção de plano e foi muito difícil tirar dados do Estados. A Emília, que está aqui sentada, sabe que é difícil tirar dados do Município, mas esse debate tem que ser feito, e o Município tem que ajudar.

Por fim, queria falar da educação do Estado e da família. Em 1937, quando começou o processo constituinte, do Estado Novo, o debate feito foi exatamente esse, e o argumento usado era o seguinte: temos que combater o comunismo, que cresce no mundo, e temos que combater essa visão de que o Estado adentra a vida das pessoas e fere a vida das famílias e das instituições do bem. Até gostaria que pudéssemos fazer um debate no Plano sobre o Estado e a família na história do País, porque todo argumento para a profunda privatização que aconteceu no Brasil em 64 e antes de 64 com a Constituição de 1937, mas fortemente depois do golpe militar no Brasil, se ancorava na ideia de uma aparente liberdade, em que a família tinha liberdade e podia escolher escolas particulares, e o dinheiro público ia diretamente para elas para fugir das garras do Estado.

Isso que estou falando é uma das coisas mais sérias da história das Constituições brasileiras. Portanto, acho que temos que tomar muito cuidado com o que falamos.

A segunda questão em relação a este mesmo debate é que gênero é um problema de ideologia. É preciso discutir, portanto, primeiramente o que é ideologia e, segundo, que a igualdade não é um problema de ideologia, porque a Revolução Francesa, que foi uma revolução burguesa e não socialista, defendeu a igualdade entre as pessoas, e igualdade é

qualquer igualdade, entre homens e mulheres, entre negros e brancos, etc. Não há meia igualdade. Essa é uma discussão muito séria e não há religião que possa ignorá-la. Caso contrário, seus fundamentos terão ido para o brejo. Amor ao próximo significa respeito, companheiros e colegas que estão aqui. Se não há amor ao próximo, não há respeito e não há fundamento religioso que possa passar por cima disso. Desculpem-me, mas falo isso como uma pessoa que defende a família. Não sou contra a família, não. Só que há gente que não tem família, e não podemos segregar essas pessoas, e cabe ao Estado defender o seu direito de existência, sejam elas como forem e não como queremos que sejam. (Palmas)

Isso que estou dizendo aqui é um debate dos mais sérios que temos a fazer no Brasil neste momento, porque atrás disso há duas ideias: a perseguição social e a privatização, que se encora nesse tipo de argumento e se serve dele.

Encerro convidando a Câmara a continuar esse debate, pois a discussão tem que continuar. Esse é um convite a todos.

Muito obrigada a todos pela paciência e generosidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, professora Selma. Com certeza, o debate vai continuar.

Tem a palavra a Sra. Emília.

A SRA. EMÍLIA CIPRIANO – Penso que não seriam respostas para um período como este, mas são indagações. Sobre uma delas, gostaria de retomar uma citação que não fiz, sobre a educação de jovens e adultos. É uma dívida que mais uma vez se coloca.

Nesta cidade, a discussão sobre jovens e adultos está num momento bastante importante. Na verdade, nos seis polos, está sendo feita a formação de educadores nessa perspectiva. Há também subsídios colocados no nosso *site* sobre essas questões para a discussão de currículo.

Essa discussão do EJA, Educação de Jovens e Adultos, na verdade, precisa ser tratada com mais seriedade por todos nós quando falamos de inclusão e de inclusão em suas

múltiplas dimensões.

Outra questão também importante, sobre a qual falava com a Iraci quando eu cheguei, é que é justamente na educação de jovens e adultos que o profissional tem que ter uma sensibilidade imensa voltada à inclusão e ao acolhimento. Então, há muito o que se aprender nessa perspectiva juntamente com esses grupos que trabalham com isso.

Queria destacar um conceito que para mim ficou por ser retomado por nós: a distinção entre diferenças e desigualdades. Às vezes, são usadas como sinônimos, e isso é um grande equívoco. Diferenças, todos nós temos que tratar, porque somos diferentes. Agora, aceitar a desigualdade, jamais. Também às vezes, pelo discurso sobre a diferença, as pessoas são desigualmente tratadas.

Por trás disso, reside um conceito, porque a desigualdade é um não direito àquilo, é a questão da igualdade, como ela se coloca. Aproveito para destacar o fator intolerância. Nunca vivemos numa sociedade tão intolerante, e a escola tem que ter um papel decisivo nesse processo, porque essa intolerância faz com que trabalhemos os conteúdos dissociados de algo chamado formação ética. E sem formação ética, pergunto a vocês, a serviço de quem estão os conhecimentos?

Nesse sentido, há três dimensões que temos que tratar: a formação ética, a formação estética e a formação política. Ética no sentido de respeito ao outro, tão bem explanado pela Selma; estética é tudo o que está ligado à beleza, à arte, ao acesso, às diferentes formas de manifestações culturais; a política, que vem sendo reduzida apenas às questões partidárias, mas requer participação efetiva nos mais diferentes espaços.

Penso que essas três dimensões promovem, sim, uma qualidade diferenciada. Mas o que fica para todos nós é uma das muitas reflexões que o Município tem que fazer. Uma delas é que este ano estamos completando 80 anos de educação infantil. Isso é significativo. A Cidade tinha que parar para pensar sobre isso. Dez anos de CECI, de educação indígena. Todos esses avanços reais nessa perspectiva.

São 25 anos do lançamento do Estatuto da Criança e do Adolescente, apesar de os educadores não terem tido uma formação profundamente necessária e suficiente para seu entendimento.

A Constituição contempla a educação básica; a LOAS fala em seguridade social. Estou querendo recuperar uma história de lutas que, sem dúvida alguma, percorreram um caminho de construção. Aí surge o nosso papel como mobilização e como participação ativa da sociedade, que não pode permitir barbáries que muitas vezes ocorrem.

Mais do que isso, a comunicação é comprometida. Fico muito incomodado de ver o espaço que a educação ocupa nos meios de comunicação, as inverdades que são ditas, a forma como não são reconhecidos pelo papel que desempenhamos. Como esse debate é empobrecido e como precisamos ter outras formas de comunicação. Precisamos inclusive criar alternativas para avaliar o que significa educação neste país. Não dá mais para ter como referências programas pré-estabelecidos custeados por sistemas de ensino que mostram a qualidade sob a perspectiva de consumo e não sob a perspectiva da mudança e de transformação.

Para encerrar, uma observação. Vou insistir e pode ser que me chamem de Poliana. Paulo Freire disse com tanta propriedade que, ao avaliarmos as nossas ações, precisamos pensar o que já conseguimos e temos que levantar o que ainda não foi possível. Apesar de ainda não ter sido possível, não significa que não será, e é por esse possível que vou lutar até o fim da minha vida.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigada, professora Emília. Agradeço também à professora Selma, ao Toninho, ao Eliseu, ao Aurélio e a todos os que compareceram a este debate.

Antes de encerrar, informo o procedimento: esse projeto tem dois substitutivos, o elaborado pela Comissão de Administração Pública e o elaborado pela Comissão de

Educação. Agora ele está na última Comissão, a de Finanças, que avalia a questão do orçamento. Esta é a segunda audiência pública, mas há outra marcada para maio, para que possamos ter, em junho, a possibilidade de o Plenário avaliar, discutir e chegar a um amadurecimento necessário para votar o projeto.

Não serei eu a decidir se votamos ou não votamos. Essa é uma discussão coletiva, dos 55 Vereadores, mas cabe a mim como Relator tentar fazer com que a discussão se conclua no prazo adequado para que o Plenário aprecie o projeto.

A próxima e última audiência pública da Comissão de Finanças deste Relator está marcada para o próximo dia 25 de maio, às 10h, numa segunda-feira, no 1º andar desta Casa, cujo tema será financiamento/custo do aluno. Todos já estão convidados a participar desse debate.

Muito obrigado.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.